

S U M Á R I O

1 — Ata da 7 - Sessão Ordinária, em 15 de janeiro de 1991.

1.1 — Abertura

1.2 — Pequeno Expediente

1.2.1 — Leitura da Ata da Sessão anterior

1.2.2 — Comunicados da Mesa

Requerimento nº 016/91, de autoria do deputado Fernando Naves, que "solicita ao presidente desta Casa, que interceda junto ao Sr. Governador do Distrito Federal, no intuito de sensibilizá-lo quanto ao atendimento do ofício referente aos policiais militares do Distrito Federal".

Requerimento nº 017/91, de autoria do deputado Wasny de Roure, que "solicita à Novacap a substituição do Engenheiro Fausto Amador Francisco Favale, por um profissional indicado pelo Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura — CREA/DF".

Requerimento nº 019/91, de autoria da Deputada Rose Mary Miranda, que "recomenda à Secretaria de Educação do Distrito Federal prioridade de vagas nas escolas da Rede Pública de Ensino de 1º e 2º graus aos arrimos de família e a mães com mais de cinco filhos".

Requerimento nº 020/91, de autoria do deputado Wasny de Roure, que "solicita maiores esclarecimentos quanto às reeleições, previstas no parágrafo 1º do art. 83 e art. 223, Resolução nº 38, de 30 de outubro, do Tribunal de Contas do Distrito Federal".

Projeto de lei nº 015/91, de autoria do deputado Gilson Araújo, que "autoriza o GDF a construir ponte sobre o Lago Paranoá e dá outras providências".

Projeto de lei nº 013/91, de autoria do deputado José Edmar, que "autoriza o GDF a utilizar área que especifica, no Guarã I, às margens da ferrovia, divisa com o Conjunto Habitacional Lúcio Costa, para fins de expansão urbana visando a propiciar habitação para famílias de classe média".

Projeto de lei nº 014/91, de autoria do deputado Benício Tavares, que "autoriza o Poder Executivo do Distrito Federal, a conceder isenção do imposto sobre operações referente a circulação de mercadorias, na aquisição de veículos que especifica e dá outras providências".

Projeto de lei nº 012/91, de autoria do deputado José Ornellas, que "aprova o detalhamento de dotação orçamentária do Distrito Federal para o exercício de 1991 e respectivo cronograma de desembolso".

Requerimento nº 021/91, de autoria do deputado Euripe-des Camargo, que solicita que seja agilizado o processo relativo ao Projeto de Alfabetização de Adultos.

1.2.3 — Comunicados de Líderes

Deputado Peniel Pacheco, em nome do Bloco Solidariedade — Comentários sobre a designação de Comissões e a indicação de cada membro.

Deputado Padre Jonas, em nome da bancada do PDT — Solicitação da colocação da Bandeira Nacional, Bandeira do Distrito Federal e um relógio no plenário desta Casa.

Deputada Lúcia Carvalho, em nome da bancada do PT — Referências ao pronunciamento do deputado Peniel Pacheco.

1.2.4 — Comunicados de parlamentares

Deputado José Edmar (PTR) — Cumprimentos à imprensa local pela cobertura da instalação da CPI, que visa corrigir as distorções nos programas de assentamento rural no Distrito Federal.

Deputado Wasny de Roure (PT) — Comentários sobre a comissão nomeada pela Novacap para apurar acidente do Ginásio Nilson Nelson.

Deputada Lúcia Carvalho (PT) — Críticas à Medida Provisória nº 290, aprovada pelo Congresso, e a lei derivada da referida medida.

Deputado Jorge Cauhy (PL) — Referências às obras assistenciais privadas no Distrito Federal.

Deputado Gilson Araújo (PTR) — Repúdio à abertura do comércio local nos finais de semana.

1.3 — Ordem do Dia

Discussão e votação do requerimento de autoria do deputado Agnelo Queiroz.

REJEITADO.

1.4 — Grande Expediente

Deputado José Edmar (PSL) — Críticas à matéria publicada em um jornal local, a qual informava que o Sr. Governador do Distrito Federal não abriria novos assentamentos no Distrito Federal.

Deputado Gilson Araújo (PTR) — Apoio ao programa de assentamentos do Sr. Governador Joaquim Domingos Roriz, no Distrito Federal.

— Apresentação de projeto de lei nº 015, que "autoriza o Distrito Federal a construir ponte sobre o Lago Paranoá e dá outras providências".

Deputada Rose Mary Miranda (PTR) — Solicita providências do Sr. governador do Distrito Federal no sentido de sanar o estado precário dos hospitais de Brasília.

Deputado Wasny de Roure (PT) — Comentários sobre o agravamento da crise no Golfo Pérsico.

Deputado Peniel Pacheco (PST) — Pronunciamento sobre as providências adotadas pelo Sr. Governador do Distrito Federal, a respeito dos serviços funerários do Distrito Federal.

1.5 — Comunicados da Presidência

Determina que sejam transcritos nos anais desta Casa, além do resumo do discurso do dia anterior da deputada Lúcia Carvalho, o art. 78 do Regimento Interno do Senado e dos ofícios dos senhores líderes com as indicações dos deputados que resultaram na composição final das comissões permanentes.

1.6 — Encerramento

Convocação de sessão ordinária para amanhã às 14:30 minutos.

Ata da 7ª Sessão Ordinária, em 15 de janeiro de 1991. 1ª Sessão Legislativa ordinária, de 1ª Legislatura.

Presidente(s): Sr(s). Deputado(s) Salviano Guimarães, Pedro Celso, José Edmar

Secretário(s): Sr(s). Deputado(s) Rose Mary Miranda, Pedro Celso e José Ornellas

Às 14 horas e 50 minutos, encontravam-se presentes os Srs. Deputados:

- Deputado Agnelo Queiroz (PCdoB)
- Deputado Aroldo Satake (PDS)
- Deputado Benício Tavares (PDT)
- Deputado Carlos Alberto (PCB)
- Deputado Cláudio Monteiro (PRP)
- Deputado Edimar Pireneus (PDT)
- Deputado Eurípedes Camargo (PT)
- Deputado Fernando Naves (PDC)

- Deputado Geraldo Magela (PT)
- Deputado Gilson Araújo (PTR)
- Deputado Padre Jonas (PDT)
- Deputado Jorge Cauhy (PL)
- Deputado José Edmar (PTR)
- Deputado José Ornellas (PL)
- Deputada Lúcia Carvalho (PT)
- Deputado Manoel de Andrade (PTR)
- Deputada Mª de Lourdes (PSDB)
- Deputado Maurílio Silva (PTR)
- Deputado Pedro Celso (PT)
- Deputado Peniel Pacheco (PST)
- Deputada Rose Mary Miranda (PTR)
- Deputado Salviano Guimarães (PFL)
- Deputado Tadeu Roriz (PSC)
- Deputado Wasny de Roure (PT)

J O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) -
 Havendo número legal, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

Convido a Sra. Deputada Rose Mary Araújo para secretariar a Mesa e proceder à leitura da Ata.

(A Sra. Secretária procede à leitura da Ata.)

I O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) -
 Sras. e Srs. Deputados, ontem fui surpreendido com críticas da Deputada Lúcia Carvalho, em nome da bancada, sobre a composição das Comissões de Constituição e Justiça, Assuntos Econômicos e Assuntos Sociais.

Não tenho a intenção, na qualidade de Deputado, de criar polêmica a nível pessoal e não devo, como Presidente desta Casa, descer ao nível dessas críticas, que parecem revelar ou falta de inteligência, ou ignorância ou má fé, já que, ao anunciar as composições das comissões em plenário, respondendo a indagação da própria Deputada Lúcia Carvalho, forneci a todos os Deputados os critérios adotados, conforme determina o Regimento Interno, bem como o cumprimento fiel das indicações formais dos Srs. Líderes.

Não cabe, portanto, voltar ao assunto. Todos têm consciência de que a composição das comissões obedeceu rigorosamente aos parâmetros democráticos de equidade e justiça.

Determino, portanto, para complementar o pronunciamento de ontem da Deputada Lúcia Carvalho, sejam igualmente transcritos nos Anais desta Casa, além do resumo do seu pronunciamento, o art. 78 do Regimento Interno do Senado, adotado por esta Casa, e os ofícios dos Srs. Líderes com as indicações dos Deputados que resultaram na composição final das comissões permanentes.

Finalmente, não desejo que em nenhum momento, agora e no futuro, se duvide da inteligência e do preparo da professora e hoje Deputada Lúcia Carvalho.

j Matérias a que se refere o orador

Resumo do pronunciamento da líder do Partido dos Trabalhadores, deputada Lúcia Carvalho, sobre as composições das comissões.

1 — A bancada do Partido dos Trabalhadores critica publicamente a atitude do Presidente da Casa, que, usando de suas funções, pressionou e fez acordos de votos para seu campo, promovendo e fazendo para esta Casa a política do favorecimento pessoal.

2 — Crítica também a atitude daqueles que aceitaram o jogo das pressões e se subordinaram a essa política.

3 — Crítica ainda a postura do Presidente da Câmara Legislativa de trazer individualmente para si a redistribuição dos nomes das comissões sem a consulta prévia aos Líderes, ferindo o artigo 79 do Regimento Interno do Senado Federal, nos termos da Resolução 49/90, também do mesmo.

4 — E finaliza dizendo que atitudes como essa ferem a democracia desta Casa, remetendo-nos para os vícios que permeiam os Parlamentos tradicionais, que devemos repudiar com veemência e não mais repetir.

Brasília, 14 de janeiro de 1991.

Ato do Presidente nº 001/91

O PRESIDENTE DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 78 e 80, do Regimento Interno do Senado Federal, combinados com a Resolução 49/90, subseção 2, artigo 9, resolve:

DESIGNAR, como membros titulares e suplentes das Comissões Permanentes, os seguintes Parlamentares:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
TITULARES

1-Dep. Geraldo Magela (PT)
 2-Dep. Manoel de Andrade (PTR)
 3-Dep. Padre Jonas (PDT)
 4-Dep. Cláudio Monteiro (BLP)
 5-Dep. Peniel Pacheco (BS)
 6-Dep. Fernando Naves (BP)
 7-Dep. Carlos Alberto (PCB)

SUPLENTES

Dep. Lúcia Carvalho (PT)
 Dep. Rose Mary Miranda (PTR)
 Dep. Edimar Pireneus (PDT)
 Dep. José Ornellas (BLP)
 Dep. Aroldo Satake (BS)
 Dep. José Edmar (BP)
 Dep. Agnelo Queiroz (PCdoB)

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

TITULARES

1-Dep. Eurípedes Camargo (PT)
 2-Dep. Rose Mary Miranda (PTR)
 3-Dep. Edimar Pireneus (PDT)
 4-Dep. Jorge Cauhy (BLP)
 5-Dep. Agnelo Queiroz (PCdoB)
 6-Dep. Lúcia Carvalho (PT)
 7-Dep. Maurílio Silva

SUPLENTES

Dep. Wasny de Roure (PT)
 Dep. Gilson Araújo (PTR)
 Dep. Benício Tavares (PDT)
 Dep. Cláudio Monteiro (BLP)
 Dep. Maria de Lourdes (PSDB)
 Dep. Geraldo Magela (PT)
 Dep. Manoel de Andrade (PTR)

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

TITULARES

1-Dep. Wasny de Roure (PT)
 2-Dep. Gilson Araújo (PTR)
 3-Dep. Benício Tavares (PDT)
 4-Dep. José Ornellas (BLP)
 5-Dep. Aroldo Satake (BS)
 6-Dep. José Edmar (BP)
 7-Dep. Maria de Lourdes (PSDB)

SUPLENTES

Dep. Eurípedes Camargo (PT)
 Dep. Padre Jonas (PDT)
 Dep. Jorge Cauhy (BLP)
 Dep. Peniel Pacheco (BS)
 Dep. Fernando Naves (BP)
 Dep. Carlos Alberto (PCB)

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, em 10 de janeiro de 1991

Deputado SALVIANO GUIMARÃES

Presidente

Brasília, 09 de janeiro de 1991.

Apresento a V.Exa., Deputado Salviano Guimarães, Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal, os nomes dos Deputados do Partido dos Trabalhadores para integrarem as Comissões Permanentes desta Casa.

São **titulares**:

1. COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Sr. Geraldo Magela

2. COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

Sr. Eurípedes Camargo

3. COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

Sr. Wasny de Roure e Sra. Lúcia Carvalho.

E com base no Artigo 83 do Regimento Interno do Senado, seus respectivos suplentes:

1. COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Sr. Wasny de Roure

2. COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

Sra. Lúcia Carvalho

3. COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

Sr. Eurípedes Camargo e Sr. Geraldo Magela

Sem mais para o momento, atentiosamente.

DEPUTADA LÚCIA CARVALHO

LÍDER DO PARTIDO DOS TRABALHADORES
 A Exa.

Sr SALVIANO GUIMARÃES

PRESIDENTE DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

NESTA

OF. LD/PTR Nº 001/91

Brasília-DF., 10 de janeiro de 1991

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao que preceitua o art. 80º do Regimento Interno adotado por esta Casa, e em acatamento ao que decidiu o PARTIDO TRABALHISTA RENOVADOR - PTR, indicamos os Senhores Deputados abaixo relacionados para comporem as Comissões de que trata o artigo em tela, a seguir:

- ROSE MARY MIRANDA e MAURÍLIO SILVA para Comissão de Seguridade Social.

- GILSON ARAÚJO para Comissão de Assuntos Econômicos e

- MANOEL DE ANDRADE para Comissão de Constituição e Justiça.

Para suplentes, indicamos os Srs. Deputados a saber:

- MANOEL DE ANDRADE para Comissão de Assuntos Econômicos

— GILSON ARAÚJO para Comissão de Seguridade Social

- ROSE MARY MIRANDA para Comissão de Assuntos Econômicos

— MAURÍLIO SILVA para Comissão de Constituição e Justiça e

Sendo o que se apresenta para o momento, renovo a V.Exa., protestos de elevado apreço e consideração.

Atenciosamente,

Dep. MANOEL ANDRADE

Líder do PTR

Ao Excelentíssimo Senhor

Deputado SALVIANO GUIMARÃES

MD. Presidente da Câmara Legislativa do DF.

Nesta

OF Nº

Brasília, 08 de janeiro de 1991

Senhor Presidente,

Na condição de líder do PDT, tenho a honra de indicar a Vossa Excelência os nomes abaixo para a composição da comissões permanentes desta casa:

1 - COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Deputado Padre Jonas

2 - COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

Deputado Benício Tavares

3 - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

Deputado Edimar Pireneus

Nesta oportunidade, renovo-lhe meus protestos da mais alta estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

Deputado Padre Jonas

Líder do PDT

ao Excelentíssimo Senhor

Dr Deputado SALVIANO GUIMARÃES

DD Presidente da Câmara Legislativa

Nesta

OF002-BLP-L/91

Brasília, 09 de janeiro de 1991.

À Sua Excelência o Senhor

Deputado Salviano Guimarães

DD. Presidente da Câmara Legislativa

NESTA

Senhor Presidente

Na qualidade de Líder do "Bloco Liberal Progres-

sista" tenho a honra de indicar os nomes dos seguintes Senhores Deputados para integrarem as Comissões Permanentes desta Casa.

1. Comissão de Constituição e Justiça

Efetivo: Deputado Cláudio Monteiro

Suplente: Deputado José Ornellas

2. Comissão de Assuntos Econômicos

Efetivo: Deputado José Ornellas

Suplente: Deputado Jorge Cauhy

3. Comissão de Assuntos Sociais

Efetivo: Deputado Jorge Cauhy

Suplente: Deputado Cláudio Monteiro

Na oportunidade, renovo a V.Exa. protestos de elevado e distinto apreço.

JORGE CAUHY

Deputado Distrital

Líder do Bloco Liberal Progressista

Brasília, 9 de janeiro de 1991

Senhor Presidente

Na qualidade de Líder do Bloco Solidariedade, indico os Deputados Aroldo Satake para titular da Comissão de Assuntos Econômicos e, em caráter de suplência na Comissão de Constituição e Justiça; o Deputado Peniel Pacheco como titular da Comissão de Constituição e Justiça e, em caráter de suplência na Comissão de Assuntos Econômicos.

Nesta oportunidade, renovo-lhe meus protestos de mais alta estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

Dep. PENIEL PACHECO

Exmo. Sr.

Deputado SALVIANO GUIMARÃES

DD. Presidente da Câmara Legislativa

NESTA

Brasília-DF., 08 de Janeiro de 1991

Exm^o Senhor Presidente da Câmara Legislativa do DF

Em cumprimento ao disposto no artigo 7 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o artigo 11 da Resolução 49/90, também do Senado Federal, comunico a V. Exa., a indicação dos membros deste Bloco para composição das Comissões:

Fernando Naves-PDC-titular da Comissão de Constituição e Justiça e suplente da Comissão de Assuntos econômicos.

José Edmar-PSL-titular da Comissão de Assuntos Econômicos e suplente da Comissão de Constituição e Justiça.

Esclareço que deixo de indicar o nome do Deputado Tadeu Roriz, por contrariar o parágrafo 2º do artigo 9º da Resolução retrocitada.

DEPUTADO FERNANDO NAVES

LÍDER DO BLOCO PROGRESSISTA

Excelentíssimo Senhor

Deputado SALVIANO GUIMARÃES BORGES

Digíssimo Presidente da Câmara Legislativa do DF

NESTA

Brasília-DF, 09 de Janeiro de 1991

Senhor Presidente,

Atendendo à solicitação de V.Exa., comunico o meu interesse em participar da Comissão de Constituição e Justiça.

Na oportunidade, apresento meus protestos de consideração e respeito.

Atenciosamente,

DEP. CARLOS ALBERTO

EXMO. SR.

DD. SALVIANO GUIMARÃES

DD. PRESIDENTE DA CÂMARA LEGISLATIVA

NESTA

Brasília-DF, 09 de Janeiro de 1991

Senhor Presidente,

Informo que pretendo participar, como titular, da Comissão de Assuntos Sociais e, em caráter de

suplência, na Comissão de Assuntos Econômicos.

Cordialmente,

Agnelo Queiroz

Deputado Distrital

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Legislativa do DF

Deputado Salviano Guimarães

NESTA - DF

Brasília-DF, 09 de Janeiro de 1991

Senhor Presidente:

Apresento a Deputada Maria de Lourdes Abadia Bastos — PSDB — para compor, como titular a Comissão de Assuntos Econômicos.

Na oportunidade apresento a Vossa Excelência os protestos de estima e consideração.

MARIA DE LOURDES ABADIA

DEPUTADA DISTRITAL

Edmo. Sr.

Deputado: SALVIANO GUIMARÃES

MD: Presidente da Câmara Distrital

NESTA

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Passa-se ao Pequeno Expediente.

Oradores inscritos no Pequeno Expediente:

— José Edmar

— Wasny de Roure

— Lúcia Carvalho

— Jorge Cauhy

— Gilson Araújo

— Salviano Guimarães

Com a palavra o nobre Deputado José Edmar

O SR. JOSÉ EDMAR (PTR. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estou vindo mais uma vez à tribuna para fazer um agradecimento público à imprensa do Distrito Federal que realizou, neste final de semana, a cobertura da instalação da CPI por mim proposta nesta Casa.

Quero agradecer especialmente ao jornal "BsB-Brasil", que na sua edição de domingo estampa na primeira página — e V.Exas. podem tomar conhecimento — que a CPI que propus visava justamente a corrigir as distorções nos programas de assentamento rural em Brasília. A reportagem mostra claramente que a "singela" — entre aspas — mansão fotografada não é nenhum assentamento agrícola.

A extensa reportagem de mais de meia página, com total imparcialidade, retratou diligências in loco, entrevistou pessoas residentes no local, como o Vice-Presidente da Associação Comercial de Taguatinga, que endossam as minhas palavras. Os repórteres tiveram também contacto com órgãos do Governo, da Secretaria de Agricultura, que tentam justificar, de certo modo, em parte, o citado assentamento urbano.

Quero também agradecer a inúmeras pessoas, a amigos que ligaram para minha casa no domingo, não deixaram meu telefone quieto, parabenizando-me pela iniciativa que tomei nesta Casa, apoiando a implantação da referida CPI.

Quero aqui ressaltar que a imprensa tem um papel tão importante quanto o nosso. E quando os autores de uma reportagem desta magnitude vão in loco, com imparcialidade, verificar um fato, levando ao conhecimento da sociedade o que realmente acontece, é hora de agradecer, de dizer a eles muito obrigado, não em nosso nome pessoal. mas em nome da própria sociedade que, de certo modo, nos é grata pela nossa atitude.

O que mais me forçou a tomar a decisão de requerer a instalação dessa CPI foi a injustiça que se comete com o pessoal da Vila São José, em Taguatinga, e que mais uma vez venho denunciar a esta Casa, porque se nós, Deputados, eleitos para um mandato popular, não pudermos resgatar a credibilidade de um princípio de justiça, em Brasília, não

estaremos desempenhando nosso mandato como o povo deseja.

Aquele povo que está ali, ameaçado, sendo expulso, pessoas que vivem naquela Vila há 10, 15 e até 20 anos, não tem direito às suas chácaras, porque essas chácaras são "dadas" — entre aspas — a outros que lá nunca estiveram, exceto para serem agraciados, enquanto para os reais ocupantes as chácaras são a fonte do seu sustento, da sua sobrevivência.

Portanto, venho pedir, implorar a V.Exas que lutem para que a justiça seja feita, e neste momento, na minha vida pública, ela deve fixar a Vila São José. Peço às Sras. e Srs. Deputados que entendam e passem também a considerar esse princípio de justiça.

Quando relato a situação do pessoal da Vila São José, não o faço com mágoa nem com raiva, nem venho falar contra qualquer autoridade. Alguns podem dizer que estou contra o nosso Governador Joaquim Roriz; muito pelo contrário, estou aqui endossando as palavras de S.Ex^a em praça pública, no sentido de que queria assentar as famílias da Vila São José. Talvez este meu pronunciamento e a instalação dessa CPI venham fazer com que haja maior agilidade por parte do Governo, com que haja justiça para com a Vila São José, justiça para com a nossa cidade, justiça para com esse povo de Brasília que espera sejamos fiéis ao nosso mandato de Deputados.

Muito obrigado, Sr. Presidente e nobres Deputados.

O SR. PENIEL PACHECO - (PST. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na qualidade de Líder do Bloco Solidariedade, solicitamos a palavra em comunicação de Liderança com o intuito de reparar publicamente algumas afirmações feitas no sentido de lançar dúvidas sobre a forma como esta Presidência, cujo mandatário maior é membro do nosso Bloco, se comportou no que concerne à designação de comissões e à indicação de cada membro, atendendo à proporcionalidade, conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, ora em vigor nesta Câmara Legislativa.

Somos testemunhas e participamos de perto, em alguns momentos, das tensões que antecederam as indicações de cada um dos membros para as comissões, e vimos o interesse de V.Exa no sentido de requerer das lideranças já indicadas que comunicassem oficialmente quais membros deveriam ocupar as respectivas comissões. Sabemos da lisura com que esse processo transcorreu.

Por isso, venho a este plenário fazer também minha oposição àquelas vozes que tentaram de alguma maneira distorcer os fatos, apresentando-os de modo que não condizem com a realidade.

Sou testemunha desses fatos e asseguro que todo o processo de indicações para as comissões obedeceu rigidamente aos preceitos estabelecidos no nosso Regimento. Tanto é que não houve contestação no momento oportuno, mas somente depois de verificadas as eleições. As manifestações contrárias foram como "chorar o leite derramado".

Eu gostaria de ver nesta Casa, Sr. Presidente, mais equilíbrio nas colocações feitas em relação a colegas nossos que estão exercendo atividades perante a sociedade que nos elegeram. Acusar qualquer um de nós é lançar lama sobre todos, especialmente quando as acusações são infundadas. São atitudes que não recomendamos a nenhum dos nossos Pares.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Com a palavra o nobre Deputado Wasny de Roure.

O SR. WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados eu lembraria ao nobre Deputado Peniel Pacheco que,

tão logo foi feito pela Mesa o encaminhamento desta matéria, nos manifestamos contrários à maneira como foi orientada a lotação das pessoas, até mesmo por ser tradição no Senado Federal, em caso de dificuldade com relação ao número de membros, fazer-se sorteio.

Nesta tarde, farei duas colocações. Desejo apresentar aos nobres Deputados uma séria preocupação concernente à comissão nomeada pela Novacap para apurar o recente acidente do Ginásio Nilson Nelson.

Ocorre que a comissão é formada por Gaspar Ferreira Duarte — Engenheiro da Novacap; Carlos Alberto Pereira — Engenheiro do Sistema de Defesa Civil do Distrito Federal; e Fausto Amadeu Francisco Favalle — Engenheiro da ETALP. O último foi um dos responsáveis pela construção; portanto, não está habilitado a compor uma comissão de inquérito para examinar uma obra de sua própria autoria. É como bem lembra o tradicional verbete: "É o lobo que vigia o galinheiro".

Assim sendo, Sr. Presidente, sugiro que o CREA seja convidado para integrar essa comissão no lugar do referido técnico nomeado pela NOVACAP.

Referente a essa matéria, gostaria de destacar a reportagem da revista "Veja" do dia 9 de janeiro último, na qual a indicação do engenheiro Fausto é questionada. Além disso, também temos em mãos a resposta do Sr. Presidente da NOVACAP, onde relata os componentes dessa comissão.

Destaco, ainda, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, que a coluna do jornalista Ari Cunha, do "Correio Braziliense" do último dia 12, faz referências a outras obras de engenharia do Distrito Federal com problemas.

Diante do exposto é que reafirmamos nossa reivindicação a propósito da substituição do nome do engenheiro Fausto pelo de um engenheiro indicado pelo CREA, conforme requerimento já enviado à Presidência desta Casa no último dia 9.

Sr. Presidente, desejo aqui fazer colocações sobre o movimento sindical do Distrito Federal.

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, o movimento sindical, nos últimos anos, vem sofrendo um articulado processo de perseguição a nível federal e regional. As demissões de líderes, além de representar um desrespeito constitucional, representam ato de confronto com a organização e mobilização dos trabalhadores.

Aqui no DF tivemos as demissões dos eletricitários da CEB, Furnas e Eletronorte. Apesar da disposição do Governo Federal e do DF de dialogar com os trabalhadores, não houve disposição em solucionar o problema. Quero aqui também manifestar nosso repúdio à demissão do companheiro Luiz Alberto de Campos Gouveia — Presidente do Sindicato dos Arquitetos do DF, por ter denunciado diversos problemas que teriam ocorrido a nível da TERRACAP.

O movimento sindical e os Parlamentares que se colocam no campo da luta, não se curvaram às demonstrações do autoritarismo e às tentativas de desarticulação a luta histórica dos trabalhadores desta cidade.

A última tentativa do GDF em tentar desarticular o movimento sindical, através da substituição do Sindser por comissões de negociação a nível de empresa pública, é mais um desrespeito à livre organização sindical.

Sr. Presidente, a livre opção pela organização sindical e a unidade do movimento (artigo 8º, inciso II da Constituição) foram alguns dos poucos avanços que a Constituição garantiu aos trabalhadores. Não é aqui, no DF, que os trabalhadores abrirão mão. Nossa luta não permitirá que isso aconteça.

Gostaria ainda de lembrar o argumento da decisão do TST, com relação ao caso da Cobal, de que os servidores de empresa pública não são servidores

públicos. A equivocada decisão do Ministro Marcelo Pimentel no dissídio coletivo dos trabalhadores da Cobal não foi consensual, além de apenas ter trazido sérios prejuízos para a categoria.

Temos de ouvir os interesses dos trabalhadores e respeitar suas organizações.

Gostaríamos por intermédio desta Casa, de solicitar ao Sr. Governador e ao Sr. Secretário do Trabalho que passem a respeitar as organizações dos trabalhadores, de tal maneira que as negociações coletivas ocorram com as suas demais representações sindicais, legitimamente eleitas pelos trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Com a palavra a Deputada Lúcia Carvalho.

A SRA. LÚCIA CARVALHO (PT. Sem revisão da oradora.) — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, meu pronunciamento hoje, no Pequeno Expediente, será sobre as escolas particulares e o interesse da sociedade.

Antes de entrar neste assunto, eu gostaria de falar sobre as críticas públicas ao pronunciamento do Sr. Presidente, e também do Líder, Peniel Pacheco. O PT sempre estará nesta tribuna fazendo críticas públicas à conduta de qualquer um de nós que venha a ter um comportamento que fira a democracia desta Casa.

Entendemos que o Sr. Presidente não precisa descer nem subir para dar uma resposta, pronunciando-se contrariamente às nossas críticas. Nossas críticas foram pautadas em sua conduta, através de entrevistas e declarações à imprensa. Consideramos equilíbrio dizer diretamente o que pensamos, sem medo de pressão. Não pretendemos começar uma disputa nem acirrar desnecessariamente um desentendimento com o Presidente desta Casa. No entanto, quando forem necessárias críticas, nós as faremos publicamente.

Sr. Presidente, Sr-s e Srs. Deputados, quanto às escolas particulares, mais uma vez estamos assistindo em nosso País à prevalência dos interesses particulares, prejudicando os da sociedade. Refirme à situação absurda a que chegou o caso das mensalidades escolares.

"A verdadeira democracia pressupõe a liberdade de escolha". Esta, Sr-s e Srs. Deputados, é uma frase de conteúdo profundo, mas que, proferida por certas bocas, perde o significado. Ela está sendo usada como lema da campanha das escolas particulares.

No entanto, uma vez que o poder de determinação do valor das mensalidades está nas mãos dos empresários do ensino, que escolha pode restar à sociedade?

Com a aprovação da Medida Provisória nº 290 pelo Congresso, a determinação dos valores das mensalidades ficou a cargo dos proprietários de escola, deixando praticamente sem poder de intervenção os pais. Pode-se dizer que a lei aprovada é mais prejudicial que as anteriores.

A educação, assunto de interesse público, não deve e não pode estar à mercê dos lucros da escola privada. É necessário que a sociedade participe diretamente da determinação dos valores das mensalidades e que se retire dos empresários do ensino esse privilégio inconcebível.

Neste momento, a Curadoria de Defesa do Consumidor está apurando as denúncias sobre 103 estabelecimentos particulares, acusados de cometer crime contra a ordem econômica. Segundo as denúncias, as escolas não estão fornecendo declarações de conclusão do 2º grau aos alunos que vão prestar vestibular por estes não terem pago taxas adicionais ilegais.

Colocando-se acima da lei, algumas escolas colocam cláusulas em seus contratos estabelecendo que

estes são soberanos a qualquer medida governamental, afrontando a prerrogativa constitucional que assegura o direito do exercício do ensino privado, desde que de acordo com as normas da educação nacional — art. 211.

A lei derivada da medida provisória consegue ser pior que esta, pois dá aos estabelecimentos de ensino a prerrogativa de fixar o valor das mensalidades 45 dias antes do ano letivo; institui que os recursos só poderão ocorrer pela iniciativa dos pais até 10 dias após a estipulação das mensalidades, com o apoio de 10% dos pais ou pelas associações de pais representando pelo menos 40% dos alunos. Há, portanto, desprestígio das entidades organizadas.

Segundo denúncias, algumas escolas aumentaram a mensalidade em mais de 300%, de 90 para 91.

Além do mais, neste momento, a situação das matrículas já está completamente definida, deixando os pais de mãos atadas.

Não podia, Sr-s e Srs. Deputados, deixar de repudiar veementemente o abuso praticado pelos donos das escolas particulares, que, através de seus lobbies, alteram leis a seu favor, tendo como único objetivo o lucro e a ampliação de seu capital, deixando em segundo plano seu fim principal, a educação.

Peço a esta Câmara Legislativa, representante legítima do povo do Distrito Federal, eleita para exercer e fazer exercer a democracia, que não se cale diante de fato tão gritante, e que tomemos a iniciativa de fiscalizar e elaborar projeto regulamentador da matéria, através da Comissão de Assuntos Sociais, tão logo esta comece a funcionar.

Para finalizar, Sr. Presidente, ilustro o que estou dizendo com um fato. Em recente greve no CEUB, que durou mais de três meses, o Sr. João Hercullino, também candidato a Deputado Federal na época, disse não ter condições de pagar o salário reivindicado pelos profissionais. Naquela mesma ocasião, compareceu o Colégio Minas Gerais.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Com a palavra o nobre Deputado Jorge Cauhy.

O SR. JORGE CAUHY (PL. Sem revisão do orador).

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, desde nossa chegada a Brasília, há 30 anos, quando esta Capital mal saía das pranchetas inspiradas de Oscar Niemeyer e Lúcio Costa, sob o pulso forte de Israel Pinheiro, nos dedicamos ao trabalho voluntário de assistência aos menos favorecidos.

Dentro da modestia dos nossos recursos pessoais e da colaboração de amigos, também sensibilizados pela pobreza e pelo abandono de milhares de irmãs, conseguimos plantar uma pequena semente que germinou e se transformou no Parque Assistencial do Centro Espírita Sebastião, "O Mártir".

Ali encontram-se o Lar dos Velhinhos, a Creche, o Albergue, a Casa da Sopa, a Assistência à Mãe Solteira, a Escola de Capacitação Profissional, entre outras.

Na vivência diuturna daquelas obras, Sr. Presidente, nos foi possível aquilatar as imensas dificuldades que esperam todo aquele que se dispõe a fundar e regularizar uma obra assistencial.

Desde a falta de terrenos para a construção, passando pela dificuldade na tramitação dos documentos necessários, até os contatos com os órgãos do governo responsáveis pela área, tem de se percorrer um longo e tortuoso caminho, capaz de levar ao desânimo os menos persistentes.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. e Sras. Deputados, quero dar conhecimento a esta Casa de que dentro de poucos dias trarei à apreciação de V. Exas um projeto de Lei regulamentando as relações das obras assistenciais privadas com o Governo do Distrito

Federal, inclusive disciplinando a concessão de terrenos para a construção dos seus estabelecimentos, as diretrizes para os convênios e detalhamento das suas atividades e relações bilaterais.

Nosso objetivo, Sr. Presidente, é estabelecer uma sistemática que venha a facilitar a ação daqueles que, movidos pela piedade cristã, desejem levar o socorro e a assistência aos necessitados e, ao mesmo tempo, propiciar às autoridades governamentais os meios para a fiscalização das obras sociais, visando ao seu correto funcionamento.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Gilson Araújo.

O SR. GILSON ARAÚJO (PTR. Sem revisão do orador). Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o agravamento da recessão econômica e a iminência da eclosão da guerra do Golfo Pérsico está tirando o sono de todo o mundo. Aqui no Brasil, a preocupação é ainda maior. Mas o que preocupa, sobretudo, é o drama dos trabalhadores, cada vez mais presas fáceis dos interesses das elites econômicas.

Recebi, hoje, em meu gabinete, mensagem do Sindicato do Comércio Varejista do Distrito Federal despertando nossa atenção para a causa da livre abertura do comércio. O argumento da recessão é mencionado:

"Ilmo. Sr.

M. D. Deputado Distrital
Gilson da Guia Araújo
SAIN 916 - Parque Rural Norte
Câmara Distrital
Brasília/DF (70740)

Solicitamos de V.Sa. especial atenção quanto ao apoio à livre abertura do comércio e consequentemente desaprovação de qualquer tentativa de criação da semana inglesa, tendo em vista interesse da comunidade que necessita ter o comércio aberto todos os dias da semana para atender a muitos que não têm tempo durante os dias úteis, de fazer suas compras. Esta posição beneficia, além da comunidade em geral, também os comerciantes que desejem trabalhar em horários diferentes, sem qualquer prejuízo de todos os seus direitos, inclusive quanto ao trabalho máximo de 44 horas semanais, conforme a nova Constituição, abrindo espaço, portanto, para criação de novos empregos no comércio, assunto de grande relevância, principalmente quando atravessamos fase recessiva, com redução de oferta de empregos.

Cordias saudações,
Lázaro Marques Neto
Presidente do Sindicato do Comércio
Varejista do Distrito Federal

Parece incrível, mas a intenção que emerge dessa questão não é outra senão sacrificar ainda mais uma parcela do trabalhadores anônimos e abnegados. São 70 mil comerciantes que trocam suas vidas por alguns tostões de salário, só em Brasília. Aumentar a carga de trabalho dessa mão-de-obra barata é um absurdo, pois ao rosário de problemas que a categoria é obrigada a absorver se somaria, certamente, o desgaste familiar e psicossocial. Qualquer cidadão consciente sabe que categorias como a dos comerciantes são massa de manobra para acumulação de riqueza.

A esses trabalhadores não é dado o direito sequer de sonhar com uma vida um pouco melhor. A jornada diária retira deles qualquer ânimo para pensar num horizonte melhor. Não há tempo para estudar, até porque não há recurso para isso. Não há perspectiva de evolução profissional na atividade.

Enfim, são trabalhadores que, em troca de uma

remuneração acanhadíssima, dão literalmente o sangue, o suor e as lágrimas. Tudo em nome dos lojistas. No entanto, na hora em que os negócios não vão bem, como estava desenhado no planejamento, são os primeiros alvos para redução de despesas. E, aí, qualquer um sabe isso, não se pensa no homem que é o funcionário, não se pensa que é um pai ou mãe de família. Não se pensa por que anos a fio ele andou quilômetros e quilômetros de ônibus, e mesmo a pé, todos os dias. Em nome do emprego, em nome não sei-mais-de-quê. A livre abertura do comércio não há de prosperar. É uma discussão para o qual não há justificativa. Estudos na área médica já concluíram que, além de manifestações de ansiedade, estafa e depressão, os comerciantes apresentam em quadro de distúrbios de saúde, que vão da coluna às varizes nas pernas.

Se a livre abertura do comércio significa prosperidade, essa prosperidade é apenas para alguns, não há usufruto para os trabalhadores. Um conceito, assim, de prosperidade é vergonhosamente falso.

Desta tribuna, quero que ecoe meu repúdio a essa idéia, que vai de encontro a princípios cristãos, segundo os quais pelo menos um dia da semana deve ser reservado ao descanso e ao convívio familiar.

Os comerciantes podem contar comigo na sua luta contra quaisquer interesses espúrios. O momento, do ponto de vista sócio-econômico, é grave, todos o sabemos. Porém, querer tirar partido da situação para espezinhar os mais sagrados direitos desse trabalhador, é crime.

Deixamos, portanto, aqui registrados o nosso inconformismo e o nosso apelo à sociedade para que não se deixe levar pelos falsos argumentos que dão sustentação à causa do comércio varejista. Não se pode esquecer, em momento algum, a observação filosófica de que o homem é a medida de todas as coisas.

Apelo aos companheiros Deputados desta Casa, que representam os anseios da sociedade — porque a Câmara Legislativa deve sempre se pautar pela defesa das transformações sociais e da justiça social — para que acompanhem de perto os interesses econômicos que vêm prejudicando os trabalhadores, principalmente os comerciantes que ganham salário mínimo, que não têm tempo, não têm liberdade e nenhuma oportunidade para se defender.

Sou contra a abertura do comércio aos domingos, porque o domingo é um dia de descanso para todos.

Muito obrigado.

(Assume a Presidência o Sr. Pedro Celso).

O SR. PRESIDENTE (Pedro Celso) - Com a palavra o Sr. Deputado Salviano Guimarães.

O SR. SALVIANO GUIMARÃES (PFL. Sem revisão do orador.) — Sras. e Srs. Deputados, como foi lido no Pequeno Expediente, estou apresentando, hoje, meu primeiro projeto de lei, que determina a fixação do bairro Nossa Senhora de Fátima na região administrativa de Planaltina, e não poderia apresentar esse projeto de lei sem vir à tribuna para justificá-lo, não só aos nobres Deputados Distritais, mas, principalmente, aos sofridos moradores do bairro Nossa Senhora de Fátima que, mesmo antes da existência do Distrito Federal, já tinham, ali, as suas casas até hoje não viram seu direito de propriedade reconhecido.

O Bairro Nossa Senhora de Fátima, em Planaltina, é um loteamento regular, aprovado pela Câmara de Vereadores do antigo Município de Planaltina, e devidamente sancionado pelo Prefeito, em 1954, antes da existência do Distrito Federal.

Os vários governos do Distrito Federal sempre ignoraram sua existência, alguns até negando o diploma legal de sua criação, embora os adquirentes de lotes tenham escrituras devidamente registradas

em cartório do antigo Município de Planaltina e averbadas em cartórios do Distrito Federal.

A partir de 1979/80, intensificou-se a luta dos moradores do bairro pelo reconhecimento de seus direitos, negados e colocados sob suspeição unicamente porque, sobre esta área, baixou-se um decreto de desapropriação, sob a alegação da necessidade de construção da Barragem do São Bartolomeu.

Dez anos se passaram sem que o Governo indenizasse os proprietários. Em 1983, outro diploma legal colocou o bairro dentro da área de proteção ambiental. Esta lei não impede sua fixação, mas obriga o Governo a proceder à defesa ambiental da área, inclusive providenciar o tratamento de esgoto, tratamento este de há muito reclamado pela população de Planaltina, cujo projeto está pronto desde 1984, e a verba para sua execução foi destacada no exercício de 1985, não tendo sido até hoje aplicada.

Hoje, nesta área, moram humildes proprietários, sem direito à água, energia elétrica, esgoto e demais benfeitorias, que construíram com sacrifício suas moradas definitivas e outros que ainda não conseguiram fazê-lo, todos convivendo com a incerteza e a ameaça da desapropriação pela CAESB, que já adquiriu quase metade dos lotes.

Como sabemos, a CAESB é uma companhia de água e esgoto, e nada tem a ver com lotes, portanto, deve vendê-los à Terracap, para que o GDF possa elaborar um projeto urbanístico que atenda aos interesses do povo de Planaltina, do Distrito Federal e do próprio Governo do Distrito Federal, em sua política de assentamento habitacional, o que gerará impostos e propiciará empregos e desenvolvimento para aquela região.

Reassumo a Presidência o deputado Salviano Guimarães.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Havendo, ainda, sobre a mesa documentos, projetos e petições, antes de encerrarmos o Pequeno Expediente, passaremos a palavra ao 1º Secretário para que proceda à leitura dos mesmos.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Pedro Celso)
"Projeto de Lei nº 015, de 1991, de autoria do Deputado Gilson Araújo.

Autoriza o Governo do Distrito Federal a construir ponte sobre o Lago Paraonó e dá outras providências".

"Projeto de Lei nº 013, de 1991, de autoria do Deputado José Edmar.

Autoriza o GDF a utilizar área que especifica, no Guarã I, às margens da ferrovia, divisa com o Conjunto Habitacional Lúcio Costa, para fins de expansão urbana, visando a propiciar habitação para as famílias de classe média."

"Projeto de Lei nº 014, de 1991, de autoria do Deputado Benício Tavares.

Autoriza o Poder Executivo do Distrito Federal a conceder isenção do Imposto sobre Operações, relativo à circulação de mercadorias, na aquisição de veículos que especifica e dá outras providências."

"Requerimento nº 016, de 1991, de autoria do Deputado Fernando Neves.

Solicita ao Presidente da Câmara Legislativa que interceda junto ao Governo do Distrito Federal no intuito de sensibilizá-lo quanto ao atendimento de ofício referente aos policiais militares do Distrito Federal."

"Requerimento nº 017/91 de autoria do Deputado Wasny de Roure.

Solicita à Novacap a substituição do engenheiro Fausto Amadeu Francisco Favale por um profissional indicado pelo Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura—CREA/DF."

"Requerimento nº 019/91, de autoria da Deputada Rose Mary Miranda.

Recomende à Secretaria de Educação do Distrito

federal prioridade de vagas nas escolas da Rede de Ensino de 1º e 2º Graus aos arrimos de família e às mães com mais de cinco filhos".

"Requerimento nº 020/91, de autoria do Deputado Wasny de Roure.

Solicita maiores esclarecimentos quanto às reeleições previstas no parágrafo 1º de art.83 e art.223, Resolução nº 38, de 30 de outubro, do Tribunal de Contas do Distrito Federal".

"Requerimento nº 021/91, de autoria do Deputado Euripedes Camargo.

Solicita que seja agilizado o processo relativo ao Projeto de Alfabetização de Adultos."

"Projeto de Resolução nº 12/91 de autoria do Deputado José Ornelas.

Aprova o detalhamento da dotação orçamentária de CR\$ 5.600.300.000,00 do Distrito Federal para o exercício de 1991 e respectivo cronograma de desembolso".

Era o que havia sobre a mesa até o momento.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Concedo a palavra ao Deputado Padre Jonas.

O SR. PADRE JONAS (PDT. Sem revisão do orador). Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados, demais membros da Mesa, na qualidade de representante da bancada do PDT, sugiro que sejam colocados no plenário a Bandeira Nacional, a Bandeira do Distrito Federal e, ainda, um relógio para nos auxiliar na marcação do tempo para os debates.

Proponho, ainda, a realização de um concurso para a escolha da bandeira da Câmara Legislativa, o que despertaria o ânimo da comunidade.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Com a palavra o nobre Deputado Carlos Alberto.

O SR. CARLOS ALBERTO (PCB. Sem revisão do orador). Sr. Presidente, solicito a V.Exa. uma informação. Como devemos apreciar, em curto prazo, matérias atinentes à estruturação da Casa, ao Regimento Interno e à elaboração da Lei Orgânica, apresentei o Projeto de Resolução nº 02, que, creio, ainda não foi lido no plenário.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Nobre Deputado, vou verificar, e passarei a V.Exa. a informação.

Com a palavra, a nobre Deputada Lúcia Carvalho.

A SRA. LÚCIA CARVALHO (PT. Sem revisão da oradora). - Sr. Presidente, apresentamos à Mesa requerimento a propósito do Plano de Governo do Distrito Federal, que, segundo o Regimento Interno deve ser encaminhado à Câmara Legislativa para que possamos acompanhar, fiscalizar e propor alterações. Creio que não foi lido em plenário e gostaríamos de saber se não foi entregue à Mesa, porque o encaminhamos.

Há outro requerimento, para que a Mesa peça informações à Secretaria de Educação a respeito de vagas de Concursos e o "turno da fome", matéria de que tratei no pronunciamento de ontem.

O companheiro Pedro Celso leu algumas matérias brites, que deram entrada à Mesa.

Solicito a V.Exa. informações Sobre esses dois requerimentos de nossa autoria.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Com relação à primeira matéria, devo informar a V.Exa. que ela entrou hoje na reunião da Mesa, sendo aprovada por unanimidade. Já está sendo providenciado o ofício no qual se solicita ao sr. Governador que nos envie seu Plano de Governo.

O SR. FERNANDO NAVES - Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. FERNANDO NAVES - (PDC - Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a comunidade está ansiosa para saber quais as providências toma-

das para que, dentro em breve, possamos ter nossa Lei Orgânica. Esse é um anseio muito grande da sociedade brasileira. Gostaríamos de ouvir uma explicação a esse respeito.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - A Mesa esclarece os srs. deputados que temos realizado inúmeras reuniões. Hoje, pela manhã, efetuaremos mais uma.

Devo dizer, para ciência dos srs. Deputados, que temos enfrentado dificuldades enormes para que esta Casa funcione a contento. Como todos sabem, falta tudo, desde mobiliário. Mas o que mais nos preocupa hoje é o funcionalismo, os servidores que virão para esta Casa. Várias propostas foram apresentadas, e por isso a Mesa resolveu criar uma comissão, formada pelos assessores dos membros da Mesa, especificamente seus chefes de gabinete, para que até a próxima reunião da Mesa que será realizada na quinta-feira, possamos nos apresentar uma proposta definitiva de como requisitar funcionários e como contratar pessoas por livre provimento.

Na verdade, até hoje ainda não temos na Casa um ordenador de despesa. Não temos como adquirir nem mesmo o relógio que o Padre Jonas nos solicitou. Precisamos abrir uma conta no banco, porque já existe um destaque de verba que pode ser movimentada pela Câmara Legislativa, mas não podemos fazer isso por não termos nenhum funcionário legalmente requisitado para cumprir funções junto à Mesa. Sequer temos uma resolução autorizando a Mesa a delegar a qualquer funcionário competência para movimentar as contas da Casa.

Acredito que até quinta-feira teremos pronta uma proposta sobre esse assunto para submetê-lo em caráter de urgência - se os srs. deputados assim o entenderem, de urgência urgentíssima - ao Plenário, a fim de que possamos desamarrar o processo e iniciar imediatamente a composição de pessoal para que a Casa possa cumprir com seu papel.

Outro problema que temos é saber a quantidade de funcionários e como requisitá-los para atender às necessidades das Comissões já instaladas.

Estamos buscando soluções. Gostaríamos de contar com a colaboração de todos os deputados para esse processo, a fim de que possamos contar com um número mínimo de pessoas que possam prestar serviços à Casa.

O SR. AGNELO QUEIROZ - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem sobre as lideranças.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. AGNELO QUEIROZ (PC do B. Sem Revisão do orador) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Sr^{os} deputados, peço a atenção de V.Exas. para algumas questões que pretendo trazer para o debate nesta Câmara sobre a liderança partidária.

A grande maioria dos deputados aqui presentes tem pouca experiência com processo legislativo, e na discussão sobre formação de lideranças, a nosso ver, está havendo uma inversão de valores, que contraria frontalmente a prática legislativa utilizada no País.

A liderança tem como pressuposto a existência de partidos. A própria legislação eleitoral não permite que haja candidaturas avulsas. A atual legislação determina que as candidaturas sejam partidárias.

Tomei a liberdade de coletar o texto de vários Regimentos Internos de diversas Casas Legislativas, seja em processo constituinte, seja em normal. Todos os deputados aqui presentes receberam uma coleção de oito regimentos internos que encaminharei, também à imprensa.

Desde o Senado, passando pela Câmara Federal e chegando às Assembleias Estaduais, a tônica de todos os regimentos é o reconhecimento do partido como a forma preferencial de organização dos depu-

tados. Em alguns regimentos não é sequer mencionada a formação de blocos.

Mesmo assim, em todos os casos, é bom que se ressalte, EM TODOS OS CASOS, o bloco é formado por partidos. Nenhum regimento permite que um grupo de deputados de um mesmo partido forme um bloco parlamentar - o que só reforça a primazia do partido sobre os blocos.

Desconhecer a prática legislativa é admissível. Negá-la, entretanto, é negar a experiência de décadas de funcionamento do Poder Legislativo e pode levar a uma total inversão de princípios.

O que acho que aconteceu aqui foi fruto do nosso desconhecimento e da nossa inexperiência. Decidimos sobre a representação dos blocos, mas não decidimos sobre a representatividade partidária. São duas decisões distintas.

Se V. Exas. repararem nas cópias dos regimentos que cada um recebeu, vão observar que o Regimento Interno do Senado prevê, no caput do art. 61, que "as representações partidárias poderão constituir bloco parlamentar".

Sr. Presidente, sr^{as} e sr^{os} deputados, o Regimento Interno do Senado usa o verbo "poder", o que indica que é uma opção e não uma obrigatoriedade. A recíproca, portanto, é que os partidos poderão NÃO formar blocos partidários. Esta opção é-lhes facultada no Regimento Interno do Senado. Não tomamos nenhuma decisão sobre a representação partidária. Começamos a discutí-la na última reunião que realizamos antes da posse, e depois só se falou em blocos.

Esta é, portanto, a questão de ordem que apresento: que, neste momento, abra-se em plenário a discussão sobre a representação partidária para que seja ainda, decidida nesta sessão.

Sr. Presidente, como foi dito que essa matéria constaria da Ordem do Dia de terça-feira, apresento esta questão de ordem, para que se inicie a discussão.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Sr. deputado, esclareço que questão de ordem deve ser objetiva, indicando o dispositivo regimental interno em que se baseia; deve referir-se a caso concreto, relacionado com a matéria tratada na ocasião, não podendo versar sobre tese de natureza doutrinária ou especulativa.

No caso, V.Exa. fez a defesa de uma tese.

O SR. AGNELO QUEIROZ - Se V.Exa observar direito o Regimento Interno do Senado, verá que tenho cinco minutos para apresentar minha questão de ordem, e nesse período posso argumentar.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - O requerimento feito pelos Deputados, foi entregue ao Deputado Tadeu Roriz, para que o relatasse e o submetesse à apreciação da Mesa que, na época, era a única comissão existente. Hoje já temos constituída a Comissão de Constituição e Justiça que se deve pronunciar sobre a matéria que, então, voltará a plenário para ser apreciada. Não podemos incluir matéria para discussão na Ordem do Dia sem que ela tenha percorrido os trâmites legais na Casa.

O SR. AGNELO QUEIROZ - Essa matéria já foi encaminhada duas vezes a este plenário. Por ter feito a Ordem do Dia, gostaria de saber se V.Exa., como está rigorosamente seguindo o Regimento, colocaria em votação esta questão.

A SRA. MARIA DE LOURDES ABADIA - Sr. Presidente peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - concedo a palavra à nobre Deputada Maria de Lourdes Abadia.

A SRA. MARIA DE LOURDES ABADIA - (PSDB. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Srs. e Sras Deputados, gostaria de fazer uma

proposta. Estou sentindo que estamos meio perdidos. V.Exa. tem razão quando diz que ainda não estruturamos esta Casa. Por este motivo, proponho que comecemos a aprovar o nosso Regimento Interno, porque é muito diferente o Regimento Interno de uma comissão do Senado Federal, composto por onze senadores de partidos diferentes ali representados, e o de uma Câmara Legislativa, composta de vinte e quatro Deputados Distritais. Faço esta proposta a fim de darmos o melhor funcionamento a esta Casa. Temos também que aprovar o Regimento Interno da Constituinte que elaborará a Lei Orgânica. Os debates estão praticamente parados. Estamos vindo aqui, nem tudo está funcionando bem, e V.Exa. está sem instrumentos para fazer com que esta Casa funcione. Esta é a minha preocupação.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - A grande dificuldade, que já expus baseia-se na falta de pessoal para que possamos fazer esta Casa funcionar. Criaram-se e instalaram-se as comissões, mas hoje nem pastas temos para colocar os projetos de lei. Não temos impressos, não temos absolutamente nada para que possamos dar andamento ao processo legislativo. Precisamos contratar ou requisitar funcionários para criar uma seção de pessoal, uma seção financeira. A Mesa precisa delegar atribuições para ordenadores de despesas, mas não temos instrumentos aprovados pela Casa para que comecemos a agir. A grande dificuldade está em que possamos colocar essas pessoas dentro da Casa.

Foi feita uma proposta de contratação emergencial ou requisição de funcionários.

Esta proposta não foi avançada. Ainda existem dúvidas por parte da Mesa Diretora sobre a melhor maneira de se colocar pessoas aqui dentro. Não podemos submeter ao Plenário uma proposta que não tem uma base sobre a qual o Plenário possa apreciar.

Hoje foi criada uma comissão, praticamente composta por voluntários, de pessoas que entendem do assunto, a fim de apresentar um quadro mínimo de funções para podermos colocar as pessoas aqui trabalhando.

É preciso que haja um pouco de compreensão por parte dos Deputados, porque senão caminharemos para um impasse.

Neste momento, estamos conseguindo trabalhar graças à boa vontade das pessoas que estão trabalhando nos gabinetes. O Deputado Benício Tavares faz o trabalho da 3ª Secretária com o pessoal do seu gabinete, assim como há a colaboração do pessoal do gabinete do Deputado José Ornellas, do Deputado Pedro Celso, do Deputado Tadeu Roriz e mesmo do meu. Estamos usando o pessoal do nosso gabinete para atender aos interesses de toda a Casa sem que, inclusive, essas pessoas de gabinetes tenham a segurança quanto à remuneração no fim deste mês.

Então, é preciso que a Casa faça um esforço e compreenda as dificuldades, para que possamos dar o primeiro passo. E este primeiro passo foi profundamente questionado pela própria Casa.

Agora estamos tratando de outro projeto de resolução, para que a Casa possa apreciá-lo. Mas, sem a apreciação e aprovação por todos os Srs. Deputados, não poderemos, efetivamente, tomar nenhuma providência de cunho legal, porque não temos como.

Sobre a questão de ordem no nobre Deputado Agnelo Queiroz, *recorro* ao art. 408 do Regimento Interno do Senado Federal, sobre questões de ordem:

"Art. 408 — Havendo recurso para o plenário, sobre a decisão da Mesa em questão de ordem, é lícito ao Presidente solicitar audiência à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre a matéria, quando se tratar de interpretação do texto constitucional.

§1º — Solicitada a audiência, fica sobrestada a decisão".

O SR. AGNELO QUEIROZ — Esta é uma interpretação completamente equivocada do Regimento do Senado Federal. Primeiro, V.Exa. reclamou, dizendo que usei muito tempo para fazer a minha intervenção. Em segundo lugar, o art. 403 diz:

"Art. 403 — Constituirá questão de ordem, suscetível em qualquer fase da sessão, pelo prazo de cinco minutos, qualquer dúvida sobre interpretação ou aplicação deste Regimento".

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - V.Exa. usou os cinco minutos.

O SR. AGNELO QUEIROZ - Pois bem, não poderia haver reclamações sobre uso do tempo. Em segundo lugar, esse art. 408 é aplicável quando se trata de interpretação do texto constitucional, o que não é o caso.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - O art. 48 do Regimento do Senado Federal diz:

Art. 48 — "Ao Presidente compete:

§1º — Impugnar as proposições que lhe pareçam contrárias à Constituição, às leis ou a este Regimento, reservado aos autores recurso para o Plenário, que decidirá após audiência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania".

Esta não é uma questão que o Presidente pode decidir sozinho. Indicamos um Relator, que irá apresentar o seu relatório à Mesa, que o apreciará e trará à aprovação do Plenário.

O SR. AGNELO QUEIROZ — O relatório está pronto há três dias.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Mas a Mesa tem de apreciar este relatório e ainda não houve tempo hábil para a Mesa examinar a matéria. Justifico este atraso porque havia, como ainda há sobre a mesa processos e projetos de maior relevância, inclusive alguns que podem propiciar a organização desta Casa. Não há como se atender, se esta Casa não tiver o mínimo de organização. Estamos, efetivamente, tentando atropelar um processo natural.

As comissões e a própria Mesa ficarão paralisadas, se não tivermos condições de colocar pessoal aqui dentro para cumprir as tarefas administrativas necessárias ao andamento da Casa.

O SR. BENÍCIO TAVARES — Sr. Presidente, peça a palavra para um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Concedo a palavra ao nobre Deputado.

O SR. BENÍCIO TAVARES (PDT. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. deputados, senhoras e senhores, queria prestar um esclarecimento ao companheiro Agnelo.

Infelizmente, há essa questão da necessidade de contarmos com profissionais para as atividades legislativas.

O que temos hoje é a colaboração dos companheiros da Comissão do Distrito Federal que são especializados no assunto e estão nos ajudando, informalmente, sem serem requisitados oficialmente.

Então, peço aos companheiros um pouco mais de compreensão, pois quando se colocou a necessidade de contratação de um especialista na área, houve um alarde de que estávamos tentando fazer um "trenzinho da alegria" dentro da Câmara.

Acho que precisamos tomar um certo cuidado quando dizemos isso, porque gostaríamos de ver tudo certinho, funcionando muito bem. Mas precisamos também ter consciência de que para funcionar é necessário sem sombra de dúvidas, que os companheiros entendam nosso problema, pois é preciso que haja disposição de pessoal técnico, capacitado, de acordo com as funções que vão exercer.

Diante de alguns companheiros nossos que estão

prestando serviços, peço compreensão. Já disse isso em momentos anteriores. Não se trata de pessoal especializado, mas sim de pessoal que está colaborando para o andamento dos nossos trabalhos.

Humildade todos devemos ter, mas acho que também temos de ter compreensão. Se houvesse a possibilidade de termos uma estrutura, esta Casa poderia funcionar melhor. Então, precisamos analisar isso de forma concreta.

Em relação aos erros, creio que estamos aprendendo, e pedimos paciência até chegarmos a um bom termo. Enquanto isso, tentemos organizar a Casa da melhor maneira possível.

O SR. AGNELO QUEIROZ (PC do B. Sem revisão do orador.) — Para não haver dúvidas com relação a esse aspecto, quero dizer que a nossa colocação aqui é sobre uma questão política.

Discutimos sobre os blocos parlamentares sem recorrer à Comissão de Justiça, alegando semelhança com o Regimento do Senado, sem ir, a rigor, ao pé da letra, a fundo na questão política.

A questão da liderança é política, porque foram definidos os líderes de vários partidos, e há partidos, aqui, com sua representação cassada até este momento.

Com relação ao problema dos funcionários, estamos interpretando um regimento completamente fora da nossa realidade e peço que haja, também, paciência e confiança.

Esta questão tem de ser colocada em votação, caso não seja resolvida, e será decidida aqui, pois somos autônomos, não podemos ficar amarrados a um regimento, a uma orientação que foge completamente à do Senado.

Há um fórum legítimo para resolver este problema: este Plenário.

Qualquer questão deve ser colocada em votação, caso não seja de livre entendimento, e os Srs. Deputados são soberanos para votar politicamente essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Gostaria de explicar ao Deputado Agnelo Queiroz que a Mesa considerou a solicitação dos três Deputados e, na própria formação das comissões, acatou as indicações para a composição das comissões.

Quanto à segunda parte, da formalização das lideranças individuais, existe um processo em andamento que não podemos atropelar. Existe um relator, existe uma Mesa que deverá opinar sobre este processo e trazer à votação em plenário. Então, solicitaria ao Deputado Agnelo que tivesse um pouco mais de paciência até que essa matéria venha a plenário no seu tempo certo, e possa ser votada. Assim o será.

O SR. CARLOS ALBERTO - Peço a palavra, ao sr. Presidente, para encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Concedo a palavra ao nobre deputado Carlos Alberto.

O SR. CARLOS ALBERTO (PCB. Sem revisão do orador.) - Há uma questão de encaminhamento ou processo legislativo que não estamos entendendo. Pensamos que após a iniciativa - que é fase de instrução, que em situação normal seria julgada pela Comissão de Constituição e Justiça ou, digamos, discutida e relatada na Comissão de Constituição e Justiça - não caberia à Mesa opinar sobre a decisão das comissões. Caberia à Mesa apenas levar adiante, gerir o processo legislativo, ou seja, organizar, colocar em pauta, mais nada. Não caberia mais à Mesa opinar sobre qualquer tipo de decisão tomada em comissão. Isto me parece de boa norma, segundo nosso entendimento, sujeito, evidentemente, a erros em face da inexperiência quanto à forma como as coisas deveriam seguir. Então, pensamos que após a opinião do relator, só caberia à comissão, opinar e,

depois, vir à plenário para discussão e decisão. Nada mais faltaria.

A forma como está sendo apresentada a questão, não está nos parecendo absolutamente correta. A resolução nº 2 trata da formação de uma Comissão de Estruturação, de outra para elaborar - Regimento Interno e de outra para elaborar o Regimento da Constituinte. Então, as três comissões mereceriam ser estabelecidas independentemente de uma formalização completa de todo o processo legislativo. Por quê? Porque são indispensáveis para que possamos tocar nosso trabalho legislativo.

Concordo com o mérito da questão, colocada pelo Companheiro Agnelo, no sentido de que temos algumas questões de ordem política, necessárias para a agilização de nossos trabalhos, que podem perfeitamente ser decididos pelo Plenário, nas circunstâncias em que nos encontramos. O Plenário é absolutamente soberano para tomar essas decisões.

Acredito que caberia à Mesa tratar, neste momento, de algumas questões essenciais ao nosso funcionamento sem que, necessariamente, passasse por todos os passos que poderíamos dar, se todos estes instrumentos legislativos já estivessem estabelecidos. O fato é que não estão. E não podemos permitir que nossos trabalhos se paralisem.

Então, gostaria de insistir, até por uma questão de ordem, quem sabe até para votação. Eu soube que a Mesa já foi sensível à formação de uma comissão voltada para a estruturação da Casa, para uma estrutura provisória. Então, por que não apreciar o Projeto de Resolução nº 2, que trata exatamente de questão organizativa, de uma forma mais direta, submetendo-o ao Plenário que, na sua soberania, pode tomar uma decisão mais rápida? Acredito que isto viria ao encontro da agilização de que precisamos neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Então permita-me informar o seguinte. No caso, teríamos de fazer um requerimento pedindo urgência, solicitando que a resolução seja apreciada em primeiro lugar, já que a pretensão é de que a comissão, que e a Mesa, não opine sobre o parecer do relator, mas que o projeto venha diretamente a Plenário. É preciso saber se o Plenário aprovaria que esta matéria fosse colocada em votação. E se o Plenário aprovar que esta matéria seja colocada agora em votação, a submeteremos a votação. Com a palavra o deputado Tadeu Roriz.

O SR. TADEU RORIZ (PSC. Sem revisão do orador) - Sr. Presidente, gostaria de prestar um esclarecimento ao nobre companheiro Agnelo Queiroz.

Com relação ao requerimento datado de 8 de janeiro de 1991, enviado ao meu gabinete em 10.01.91 por V. Exa., gostaria de esclarecer ao companheiro Agnelo Queiroz que o meu parecer, na qualidade de relator, está pronto. Entretanto, como já foi ainda apreciado pela Mesa, o nobre deputado Carlos Alberto solicitou que fosse enviado à Comissão de Constituição e Justiça. Ora, em 8 de janeiro a referida Comissão não tinha ainda sido constituída. Parece-me, pois, que não há necessidade de passar pela Comissão de Constituição e Justiça, porque em 8 de janeiro ela ainda não tinha sido composta. Entretanto, se é do interesse do Plenário e se houver acordo a respeito, posso até ler o parecer que já está em minhas mãos.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - A leitura do parecer será feita após a decisão do Plenário sobre se concorda que a matéria seja colocada em votação. Vamos consultar o Plenário, portanto, sobre se a matéria em questão deve ou não ser colocada em discussão e votação.

Tem a palavra o deputado Gilson Araújo.

O SR. GILSON ARAÚJO (PTR. Sem revisão do

orador) - Sr. Presidente, em torno dessa discussão que está ocorrendo no plenário e diante de todas as explicações que foram dadas, acho que se está transformando a matéria em questão polêmica. Preocupa-me que estabeleçamos uma metodologia de comportamento segundo a qual todas as questões teriam de passar pela Comissão de Constituição e Justiça e pela apreciação da Mesa. Se estabelecermos essa metodologia e jurisprudência nesse sentido, correremos o risco de, futuramente, ser novamente citados pela imprensa a propósito do "trem da alegria", já amplamente explorado por ela.

Acredito que, apesar de todas as dificuldades que estamos enfrentando nesta Casa, a par da grande produtividade de trabalho aqui apresentada, é preciso que haja bom senso e que se dê tempo ao tempo. Estamos há pouco mais de 48 horas úteis da data em que foi instalada a Comissão de Constituição e Justiça. É necessário que nos preocupemos com o Regimento Interno, é necessário que nos preocupemos com outras questões também, mas que tais preocupações não sejam encaradas como metodologia precipitada para servir de regra futura, o que poderá vir a prejudicar os interesses de Brasília na pressa de resolver questões que poderiam ser resolvidas em mais algumas horas.

Isto me preocupa bastante, porque vislumbro a possibilidade de incorreremos novamente em disputas como as que ocorrem com a errônea interpretação de "trem da alegria", quando todos nós pagamos um alto preço pela quebra das regras e na busca de outra metodologia. Temos a Comissão de Constituição e Justiça instalada e a própria Mesa para apreciar essas questões. Por não poderem esperar para vir a Plenário, não é correto que apreciemos matérias sobre as quais não temos conhecimento, o que pode representar um perigo para Brasília.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - com a palavra o Deputado Peniel Pacheco.

O SR. PENIEL PACHECO (PST. Sem revisão do orador) - Sr. Presidente, queria esclarecer um aspecto que não ficou bem claro quanto à proposição do companheiro Agnelo Queiroz, inclusive um que teve precedência sobre os demais, porque foi pedida urgência urgentíssima, a fim de que ele fosse apreciado antes dos outros. Naquela ocasião, quando o projeto foi apresentado, não havia ainda Comissão de Constituição e Justiça. A Mesa passou a fazer esse papel temporariamente, porque a Casa não estava devidamente equipada para realizar o trabalho. O mesmo aconteceu com o requerimento apresentado pelo companheiro Agnelo Queiroz. Esse requerimento agora está caminhando normalmente e prestes a ser trazido ao Plenário, após reunião da Mesa, que poderá ser até amanhã, se assim a Presidência entender. Apreciada a questão, ela poderá vir para votação do Plenário. Então, quebrar essa rotina, que tem sido a rotina para todos os demais requerimentos e projetos, seria privilegiar solução de uma questão em detrimento das demais. Portanto, acredito que o assunto não deveria ser apreciado pelo Plenário enquanto a Mesa não se pronunciar, respondendo, nesse caso, ainda pela Comissão de Constituição e Justiça, que não existia na época.

Era só.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - A matéria está em votação.

Convido o deputado José Ornellas a tomar assento à Mesa e proceder à chamada dos Srs Deputados.

Os Srs. Deputados que forem favoráveis à aprovação do requerimento deverão dizer "sim". Os Srs. Deputados que forem contrários à aprovação do documento nesta sessão deverão dizer "não".

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães), com a palavra o Deputado Peniel Pacheco.

O SR. PENIEL PACHECO (PST. Sem revisão do orador) - Apenas uma orientação para a Bancada do Bloco Solidariedade recomendo votar "não", em razão de abriremos um sério precedente que poderia, em outra oportunidade, comprometer o andamento normal das matérias nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - com a palavra a Deputada Lúcia Carvalho.

A SRA. LÚCIA CARVALHO (PT. Sem revisão da oradora) Sr. Presidente, antes do encaminhamento da votação, como líder do PT, também gostaria de fazer um pronunciamento no sentido de que todos os companheiros presentes observem que esse dispositivo regimental foi quebrado em relação à constituição dos blocos parlamentares. Assim sendo acho legítima a aceitação do que o Deputado Agnelo Queiroz pleiteia na sessão de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - com a palavra o Deputado Jorge Cauhy. (Sem revisão do orador).

O SR. JORGE CAUHY (PL. Sem revisão do orador). Sr. Presidente, em nome do Bloco Liberal Progressista, também dizemos "não".

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - com a palavra o Deputado Padre Jonas.

O SR. PADRE JONAS (PDT. Sem revisão do orador). Sr. Presidente, como líder da bancada do PDT e levando em consideração que o assunto afeta diretamente nossos companheiros da Frente Popular, Maria de Lourdes Abadia e Agnelo Queiroz, somos pelo "sim".

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - com a palavra o nobre Deputado Fernando Naves. (Sem revisão do orador).

O SR. FERNANDO NAVES (PDC). Sr. Presidente, o Bloco Progressista vota "não".

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Faremos a chamada dos Srs Deputados.

Solicito ao Sr. 2º Secretário que proceda à chamada dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Onze Deputados responderam "sim" e doze responderam "não". Está rejeitado.

Com a palavra o Sr. Deputado Agnelo Queiroz, para declaração de voto.

O SR. AGNELO QUEIROZ (PC do B. Sem revisão do orador) - Sr. Presidente, votei a favor porque achei que se deveria discutir. Entendo que esta protelação da discussão é política, legítima e corriqueira em qualquer Parlamento. Tenho notado essa protelação reiteradas vezes, inclusive em questões fundamentais. O Projeto de Resolução nº 002, de autoria do Deputado Carlos Alberto, dispõe sobre a instalação da comissão para encaminhar o Regimento da Casa e o Regimento da Constituinte até hoje não foi apreciado e agilizado, para então podermos aprovar o Regimento da Casa, global, definitivo e não aprovar fatos fragmentados de Regimento, de acordo com o interesse de cada grupo aqui dentro ou da Presidência desta Casa.

O Projeto 003, de minha autoria, que constitui uma Comissão de cinco Deputados, para analisar e tornar pública a requisição dos funcionários de que toda hora é falada aqui, quando se diz que não os temos, que não funciona esta Casa - até hoje não foi viabilizado. Isso é fundamental para garantir rapidamente a requisição, mas de forma transparente, aberta à população.

Companheiros, a formação dos blocos, nas diversas casas legislativas, é um fato político muito difícil de ocorrer, não é o alinhar em uma colcha de retalhos, porque pressupõe a existência de partidos diferentes, que representam posições que não couberam numa agremiação partidária. A formação do bloco significa a negação da identidade partidária. Os próprios regimentos, quando falam em bloco, afir-

mam que o partido que o formar perde a sua liderança partidária.

Como o meu partido, o PC do B, tem uma história de quase 70 anos e não foi montado nos gabinetes do poder para agasalhar os diversos pretendentes a cargos eletivos, não aceitamos o bloco - o que é direito nosso. Não se trata de intransigência. Temos a opção de não nos anularmos.

Lamento a decisão, mas respeito-a. Ela indica, porém, a realidade da política da nossa cidade. Ela nos indica o tipo de política que o Governo do Distrito Federal pretende: a política de calar a voz dos partidos que não estão a ele subjugados. E a subserviência dos partidos a ele vinculados nos mostram que podemos formar blocos com extrema facilidade, porque os seus programas são um só: o programa de governo do Senhor Joaquim Roriz.

O Governo Federal tentou constituir um bloco no Congresso Nacional. Não conseguiu unificar os partidos, mesmo com titularização diferenciada. Infelizmente esta é a nossa realidade, e com ela temos de trabalhar. O meu partido não fica na defensiva. Pela decisão aqui tomada, esse requerimento será encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça, alegando-se o Regimento Interno do Senado, e em 48 horas deverá retornar aqui para votação.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Lembro não apenas ao Deputado Agnelo, como também aos demais, que todos os requerimentos e projetos que o autor entende que devem ser submetidos a votação rapidamente poderão ser baseados no dispositivo da urgência urgentíssima. Cabe ao autor da proposição encaminhá-la com pedido de urgência urgentíssima, cumprindo, evidentemente, o que manda o Regimento Interno.

Passamos ao Grande Expediente

Oradores inscritos no Grande Expediente:

- José Edmar - Wasny de Roure
- Gilson Araújo - Peniel Pacheco
- Rose Mary Miranda

Com a palavra o nobre Deputado José Edmar.

O SR. JOSÉ EDMAR (PSL. Sem revisão do orador). - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, antes de iniciar este meu pronunciamento, vou retratar a minha vida aqui em Brasília.

Vim da vizinha cidade de Formosa. Desde os idos de 60 que acompanho a construção desta cidade. Vim para aqui para morar na Candangolândia. Depois passei pelo Morro do Urubu, e lá fiquei cerca de noventa dias. Residi em Sobradinho, no Plano Piloto e há dezessete anos moro em Taguatinga. Já casado, como inquilino, morei em barraco de fundo de quintal, sem condição de comprar minha casa própria. Hoje não tenho mais essa dependência. Por meios próprios, atuando na iniciativa privada, consegui sair dessa situação. Mas essa vida de que fui vítima levou-me também a atuar em associações de moradores. Fui presidente de uma associação de moradores por sete anos. Defendi, inúmeras vezes, em várias lutas, uma política habitacional mais séria, que pudesse realmente minimizar o sofrimento da gente que assim morava. São conhecidas de toda a população as passeatas que fazíamos para a Samambaia, quando reclamávamos da venda, pela Terracap, de toda aquela cidade, que existe desde os idos de 72.

O ex-Governador José Omellas, aqui presente, tem conhecimento da cidade de Samambaia e da política habitacional que ali havia. Nos governos posteriores ao de S. Exa. também assim agimos. Veio o nosso Governador Joaquim Roriz e, em face de uma reivindicação muito forte da própria comunidade, S. Exa. entregou a cidade de Samambaia, assim como outros assentamentos, a uma política habitacional

para população de baixa renda. Eu não poderia, de modo algum, ser contra essa política habitacional, que defendi desde 1972, quando iniciamos o trabalho na Associação de Moradores da QND.

Portanto, companheiros, vi com espanto, hoje, em um jornal local, o governador falando que não vai abrir novos assentamentos. Eu, que acompanhei a caminhada do Governador Joaquim Roriz e toda a sua campanha política, espantei-me ao ver tal declaração no jornal.

Acredito que com isso, no fundo, se tenta coibir a migração para Brasília, até de certo modo desestimular as pessoas que para aqui poderiam vir. Não quero acreditar que o Governador vai fugir da sua postura nos palanques, quando informava que abriria novas cidades, novos núcleos, que iria realmente assentar todas as famílias de baixa renda no Distrito Federal. Essas famílias ainda se encontram nas mesmas condições de promiscuidade. Há lotes com mais de vinte, trinta famílias na cidade de Taguatinga. Posso citar vários a V. Exas.

Hoje foram lidos dois projetos meus. Dois projetos que fazem parte de um grupo de três, e que dizem respeito à cidade Estrutural. Apresento esses projetos para minimizar o déficit habitacional existente hoje em Brasília. Como subsídio, apresento ao próprio Governador Joaquim Roriz, para que ele tenha em mãos, locais, áreas que podem servir para assentamento de famílias de baixa renda, não para transformá-las em chácaras, como já está fazendo na Estrutural.

Quero deixar bem claro a todos os meus colegas Parlamentares que em nenhum momento da minha vida pública de 4 anos nesta Casa me furtarei a este compromisso de luta com os inquilinos. Em nenhum momento estarei longe dos meus companheiros de passeatas, de caminhadas, das nossas associações de moradores. V. Exas. terão a oportunidade de ver esta Casa lotada de inquilinos reclamando, aprovando a proposta que aqui apresento.

Quero falar sobre o déficit habitacional de Brasília.

A especulação imobiliária que aqui existe, aumentando sempre os preços, com a Terracap segurando os imóveis, sem cedê-los ou liberá-los, não propicia uma política habitacional adequada para Brasília. Ela empurra a classe média para a periferia, os pobres para o Entorno e os miseráveis para debaixo das pontes. Aglomera as pessoas em pequenos espaços, longe dos locais de trabalho. Assim sempre foi a política de Brasília. Depois de o Plano Piloto construído, criaram-se os núcleos habitacionais, do lado de lá da serra, para que as pessoas pobres tentassem se virar como pudessem e a classe dominante, a elite, nele permanecesse.

Proponho que neste momento de transformações sociais, quando estamos constituídos na Câmara Legislativa, comecemos a praticar uma política habitacional, até que venha a Lei Orgânica, para ordenar esse crescimento natural, como todas as outras, cujas periferias sempre dispõem de loteamentos, de assentamentos, de lotes, dando continuidade à cidade. Em Brasília a periferia é controlada pela Terracap, que não libera os lotes e empurra nosso povo para Luziânia, para o cafundó, como é o caso de Planaltina de Goiás.

Proponho o assentamento da cidade Estrutural em três projetos distintos, que vou aqui relatar.

O primeiro projeto refere-se ao assentamento de classe pobre. Talvez V. Exas. possam saber. Se alguém tiver dúvida quanto à localização a que me vou referir, poderá consultarme, porque tenho em mãos o mapa do Distrito Federal, parasaná-la.

O primeiro projeto seria localizado atrás da Rodoferroviária, ao lado direito da Estrutural, justamente naquele balão que há no meio da Estrutural, onde há um lixão. Lá existe uma favela, onde as pessoas sobrevivem catando lixo.

Ente o Parque Nacional e a Estrutural existe uma área completamente desimpedida. Basta que o Governo queira fazer ali um assentamento populacional, nos moldes dos que foram feitos na Samambaia.

Ao mesmo tempo, entendemos que esse assentamento não pode ser único e exclusivamente para a classe pobre; a classe média também deve ser beneficiada. Num segundo projeto propomos um assentamento para a classe média, ampliando um pouco mais o programa do Governador Joaquim Roriz. Digamos que seria uma expansão do projeto de Lúcio Costa. Como sugestão, poderíamos autorizar o Executivo a desapropriar o Jôquei Clube de Brasília, dando-lhe, em contrapartida, uma área de terra aqui na Granja do Torto, o que viria ao encontro dos seus interesses, visto já existir o Parque de Exposição Agropecuária na Granja do Torto. Por conversas que já mantive com alguns associados, sei que essa mudança seria aceita de bom grado, pois eles sentem que o Jôquei Clube não prosperou na área em que se encontra. Aquela área, com a devida desapropriação, poderia servir para atender à classe média, que hoje está sendo expulsa do Plano Piloto e não tem lugar para onde ir. Para esta classe poderia ser feita uma cidade, ou um assentamento, nessa área do Jôquei Clube, que estaria perto do lugar de trabalho de seus moradores, em condições de igualdade com o Guará.

O terceiro projeto refere-se aos companheiros que vão para Taguatinga, que seguem depois do primeiro projeto, ali no trevo, na subida para Taguatinga, bem ao lado direito, onde aparecem mirabolantemente, como por encanto, duas torres de rádio, em locais de chácaras.

Nesta semana já passaram a rede de luz por cima da Estrutural, para dotarem aquelas chácaras de luz elétrica.

Se não agirmos imediatamente nesta CPI, em pouco tempo aquela área à direita também estará do mesmo jeito que a da esquerda, porque é assim que se propagam esses loteamentos clandestinos de chácaras.

Propusemos que neste local seja feito um loteamento, para o Governo vender lotes para a classe média, do modo que lhe convier. Com o dinheiro arrecadado, poderia viabilizar o assentamento das famílias de baixa renda nos dois projetos anteriormente citados.

Quero acrescentar que se tiverem qualquer dúvida, por favor, dirijam-se a mim, já que estou com toda a documentação da área à disposição, e darei qualquer esclarecimento.

Concedo o aparte ao nobre Deputado Peniel Pacheco.

O SR. PENIEL PACHECO - Sr. Deputado, agradeço a V. Exa. a generosidade em me conceder dois dos seus vinte minutos. Eu queria apenas dizer que é muito louvável a atitude de V. Exa. ao se preocupar com o assentamento das populações de

baixa renda, a fim de que tenham um teto para seus filhos.

Ocorre, entretanto, que temos de ter uma visão mais ampla de sociedade. Ela não pode sobreviver somente com moradia. Temos de pensar também na produção agrícola, indispensável à sobrevivência de uma cidade como Brasília, que até pouco tempo dependia quase 100% da importação dos produtos consumidos na mesa dos brasilienses. Lembro-me, inclusive, de uma charge publicada num dos jornais da cidade em que aparecia um trabalhador raquítico segurando um garfo e uma faca na mão e ouvindo um anúncio no rádio dizendo: "A mesa do brasileiro é farta". E na charge aquele trabalhador dizia "Farta arroz, farta feijão, farta carne". Realmente, era o que acontecia aqui. Não tínhamos oportunidade de ter o essencial para nossa sobrevivência. A política de desenvolvimento agrícola do Distrito Federal, cedendo áreas a arrendatários que pudessem, através do plantio, do cultivo, minorar este problema tão grave, foi uma solução positiva, pois hoje, praticamente, os hortifrutigranjeiros, na sua essência, estão sendo produzidos aqui mesmo no Distrito Federal. Creio, Sr. Deputado, que devemos ter preocupação social com o assentamento, mas não podemos esquecer também do assentamento do homem do campo, para a produtividade agrícola. Sei que muitas áreas hoje destinadas a chácaras são utilizadas de forma errada. No entanto, acredito e quero imaginar que sejam exceções, e não podemos tomar a exceção pelo todo. Se há necessidade de produzirmos, cremos que o Governo age corretamente quando propõe (fia ao homem do campo, ao pequeno produtor agrícola, o direito de lavrar a terra e de produzir. Todos desejamos e queremos que o campo seja trazido para a cidade. Queremos que aquilo que é produzido na lavoura, no campo, venha até à cidade. Não queremos que a cidade vá até o campo, ou seja, que o produtor rural tenha de morar em choupanas paupérrimas, ser um elemento que não tenha sequer roupa para vestir-se. Acho que este conceito já está vencido. O produtor agrícola, como o trabalhador do campo, são cidadãos tão dignos quanto quaisquer outros e merecem também o direito à saúde, à vida, à moradia, ao lazer.

O SR. JOSÉ EDMAR - Quero comentar um pouco as palavras do nobre companheiro Deputado Peniel Pacheco. Eu o desafio a dizer isso naquela sua igreja, que faz parte da sua congregação, dentro da Estrutural, onde aqueles pobres coitados, aqueles humildes, estão sendo praticamente expulsos pelos pequenos produtores rurais, que os jornais estamparam ontem como sendo 80% das chácaras desses fantasmas que V.Exa. citou ainda há pouco. Eu os desconheço porque conheço a localidade e, lá, não há pequenos produtores. Amigos meus, empresários de Taguatinga, quase todos têm chácaras lá. Não há nenhum pequeno produtor. Esses pequenos produtores são justamente os que estão sendo expulsos de lá, como é o caso da Vila São José. É este jo motivo pelo qual estou solicitando a constituição dessa CPI. Permita V.Ex.º dizer-lhe que está equivocado.

Concedo o aparte ao nobre Deputado Wasny de Roure.

O SR. WASNY DE ROURE - Quero louvar a iniciativa do ilustre Deputado Edmar e reconheço a sua luta. Ele foi consagrado nas urnas em 1986 com treze mil votos e, desta vez, novamente foi consagrado com a vitória. Eu me somo à luta do nobre Deputado, apenas para atender àquelas pessoas que realmente precisam de moradia. Gostaria de lembrar que no programa do Governo que está se instalando, O Distrito Federal foi contemplado com cem mil moradias para todas as pessoas que estejam precisando delas. É preciso, também, que, com esta contribuição sejam encontradas alternativas dentro

desses cem mil lotes. É evidente que temos que nos preocupar com a questão da migração dentro do Distrito Federal. Apesar de a Constituição permitir o direito livre de ir e vir, temos de nos preocupar com o problema da migração, aplicando metodologias em termos interestaduais para preservar a boa qualidade de vida em Brasília, para que não aconteça a superlotação de trânsito, de desemprego, de hospitais. Porém, o mérito da discussão em torno das proposições aqui discutidas pelo nobre Deputado é da maior relevância. Lembro apenas, que o Governador Joaquim Roriz vai procurar resolver essas questões, principalmente essas que acabaram de ser divulgadas e aqui apresentadas, como a destinação do uso do solo para aqueles que não precisam ele, em prejuízo àqueles que vêm sofrendo há muitos anos sem moradia, morando em fundo de quintal ou mesmo em ambiente de lixão, onde nos defrontamos com a mais agressiva falta de dignidade do ser humano, morando no meio do lixo. Louvo o nobre Deputado e me somo ao seu esforço nesta luta de muitos anos. Muito obrigado.

O SR. JOSÉ EDMAR — Agradeço a V.Exa. o aparte.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Convido o Deputado José Edmar a assumir a Presidência.

O SR. PRESIDENTE (José Edmar) - Com a palavra o nobre Deputado Gilson Araújo.

O SR. GILSON ARAÚJO (PTR, sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, tenho procurado contribuir para o bom relacionamento desta Casa naquilo que possa melhor contemplar o Distrito Federal.

Lamento as colocações anteriormente apresentadas pelo Deputado Agnelo Queiroz, que, em um momento de precipitação, colocou sob suspeita de subserviência Deputados eleitos pelo povo para representá-lo e buscar as transformações sociais. Desse argumentos aqui apresentados, como subserviência, eu me excluo, porque não fui eleito para ser subserviente a ninguém. Tenho demonstrado minhas convicções pessoais, tenho demonstrado postura, e esses questionamentos ideológicos, factionistas, só vêm dificultar o nosso relacionamento futuro, prejudicando os interesses do Distrito Federal.

Subserviente é uma palavra muito mal empregada nesta Casa, porque ela denigre a imagem daqueles que têm compromisso com o povo.

Apoio o Governo Joaquim Roriz porque ele tem propostas transformadoras, propostas modernas. Brasília, em 30 anos, conta com 54 favelas. Há quase 10 anos vinha lutando pelo assentamento do Paranoá, em vários governos, e Joaquim Roriz o assentou. Joaquim Roriz tem procurado melhorar a qualidade de vida dos moradores das favelas, procurando transformá-las em cidades-satélites com infraestruturas.

Portanto, lamento esse tipo de vocabulário, quando ele não é específico.

Gostaria de aproveitar esta intervenção e apresentar o seguinte projeto:

"PROJETO LEI nº 015, DE 1991
(Do Dep. Gilson Araújo)

Autoriza o Governo do Distrito Federal a construir ponte sobre o Lago Paranoá e dá outras providências.

Art. 1º — Fica o Governo do Distrito Federal autorizado a construir ponte sobre o Lago Paranoá, na altura da QL 26 ou QL 28 do Lago Sul, conforme traçado do Arquiteto Lúcio Costa constante do anexo I desta Lei.

Parágrafo Único — A ponte, a que se refere este

artigo, poderá fazer parte integrante do projeto do transporte rápido — metrô de superfície —, ligando Taguatinga a Sobradinho.

Art. 2º — Para a viabilização econômica deste Projeto, o Governo do Distrito Federal poderá realizar convênio com a comunidade organizada a ser beneficiada diretamente com este empreendimento.

Parágrafo Único — O entendimento com a citada comunidade poderá resultar, entre outras, na cobrança de Contribuição de Melhoria nos termos do art. 145, III, da Constituição Federal e art. 81 e 82 do Código Tributário Nacional.

Art. 3º — Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

A finalidade deste Projeto é possibilitar a expansão urbana, aproximando as comunidades do Paranoá, ABC, Interlagos e Agrovila São Sebastião ao Plano Piloto, de acordo com o projeto original do arquiteto Lúcio Costa, que prevê a interligação, através de transporte coletivo rápido, de Sobradinho a Taguatinga.

A construção da ponte sobre o Lago Paranoá irá facilitar o acesso daquelas comunidades ao atendimento hospitalar, às universidades e aos órgãos públicos, com sensível economia de combustível, além de desafogar o trânsito já bastante estrangulado da Ponte Costa e Silva.

O escoamento agrícola da Cooperativa Agropecuária do Distrito Federal — PADEF e de outras regiões não só será amplamente facilitado como também gerará economia de tempo e custos com a consequente redução dos preços finais ao consumidor e beneficiará milhares de agricultores que produzem e comercializam diversos cereais e produtos hortifrutigranjeiros.

Sala das Sessões, 15 janeiro de 1991
Deputado Gilson Araújo

Com relação a esta proposição, em 1974, o Dr. Lúcio Costa escreve ao Senador Cattete Pinheiro, reafirmando os pontos fundamentais do Plano Piloto.

Do seu manuscrito, vou ler apenas alguns tópicos: Prezado Senador Cattete Pinheiro

Preliminarmente, conforme assinalai, não se trata, no meu entender, de "reformular" o plano original de Brasília, e sim, antes de mais nada, de assimilá-las as intenções e de constatar o que ainda está faltando a fim de completá-lo.

Quanto à futura expansão das áreas residenciais da cidade propriamente dita, parece de fato conveniente, tal como já o declarei, o aproveitamento das terras que ficarão contidas entre o grande lago resultante da projetada Barragem de São Bartolomeu e o lago atual. Mas a ponte que fará a ligação desses bairros novos com a matriz — ou seja, o chamado Plano Piloto, não poderá estar no prolongamento do eixo monumental. Assim, a eventual instalação de transporte coletivo rápido — possivelmente o mon trilho — deverá passar na ilharga sul da Esplanada, acima das passarelas de ligação com as extensões dos ministérios já programadas, prolongando-se até Sobradinho e Taguatinga.

Deixem Brasília crescer tal como concebida, como deve ser, — derramada, serena, bela e única.

Este projeto reflete a necessidade atual de uma ponte, ou seja, da terceira ponte, a ser construída na Quadra 26, por onde será escoado o trânsito que ocorre próximo ao Palácio da Alvorada. Não se previa a criação da cidade satélite do Paranoá, fruto de uma longa luta de muitos anos dos moradores. Não se previa também o adensamento da Agrovila, do ABC, das Quadras 12 e 17 do Lago Sul.

Hoje encontramos o trânsito totalmente estrangulado naquela área.

A construção da terceira ponte do Lago reflete os

anseios e a luta que essas comunidades vêm empreendendo no sentido de, além de encurtar as distâncias, reduzir o custo do transporte.

Apresento este projeto, esperando encontrar apoio desta Casa para que este pleito daquela comunidade seja plenamente atendido.

O SR. PRESIDENTE (José Edmar - Com a palavra o nobre Deputado Carlos Alberto.

O SR. CARLOS ALBERTO (PCB. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o pronunciamento que faria hoje transferirei para amanhã.

O SR. PRESIDENTE (José Edmar) - Com a palavra a nobre Deputada Rose Mary Miranda.

A SRA. ROSE MARY MIRANDA (PTR. Sem revisão da oradora.) — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Volto ao velho assunto — velho para mim e talvez velho também para V. Ex.^{as}, Trata-se das questões dos hospitais e do atendimento médico.

Uma das maiores reclamações que constantemente recebia era com relação aos hospitais.

Logo após as eleições, visitei diversos hospitais, em Brasília, e pude constatar a precariedade em que se encontram com relação ao atendimento, ao material e aos medicamentos.

Estive no Hospital de Taguatinga e conversei com o seu diretor. Fiquei horrorizada, quando fui informada de que, em determinados dias da semana, as pessoas que chegam à ortopedia saem de lá aleijadas. Não há um médico ortopedista. Simplesmente enrolam o braço, ou a perna, de qualquer maneira, quando há fratura, e o *paciente vai para casa*. Isto é verdade, porque o médico me confiou, pedindo segredo.

Diante deste absurdo, não posso ficar calada.

O Hospital Regional de Taguatinga está pedindo socorro há muito tempo e ninguém faz nada por ele.

Nestes últimos dias, a imprensa local tem divulgado com frequência a precariedade em que se encontra a rede hospitalar do Distrito Federal. Chegou-se mesmo a conhecer pronunciamento do Dr. Recheleux, ex-Secretário de Saúde e Presidente da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, que num ato de grandeza e honestidade profissional informou que o legado ao seu sucessor não é dos mais satisfatórios.

Relatou as dificuldades que se verificam, desde a manutenção dos já obsoletos equipamentos à carência de material de consumo hospitalar, passando pela generalizada falta de recursos humanos.

Devemos ainda ressaltar a necessidade de reformas nas dependências das unidades hospitalares e postos de saúde, que, na maioria dos casos, se encontram em lastimável estado de conservação.

Uma das coisas que eles me pediram, até pelo amor de Deus, foi que lutemos para que haja uma reforma nos hospitais das cidades satélites — aliás, constantemente estamos ouvindo promessas de reformas no Hospital de Base. Entretanto, as satélites são sempre deixadas para segundo plano. Enquanto os hospitais não sofrem reformas, há promessas e mais promessas de construção de novos hospitais, deixando-se de lado os já existentes, que apenas carecem de manutenção que, infelizmente, não é feita.

O SR. FERNANDO NAVES - Nobre Deputada, gostaria de apresentar a V.Ex.a. nosso apoio, porque sabemos que esse mal não atinge somente o Hospital de Taguatinga. Não é só este hospital que está pedindo socorro. Todos os do Distrito Federal estão carentes de manutenção, a fim de que a comunidade seja atendida à altura, para que as pessoas se dirijam aos hospitais com segurança, não pensando que poderão dali sair em piores condições do que as em que entraram. Ontem o nobre Deputado Edimar Pireneus solicitou fosse apurada a morte de uma menina no Hospital de Brazlândia. Isso, sim, preci-

samos fazer: cobrar, exigir do Governo e das autoridades que tomem providências urgentes. A saúde não espera, a doença vem e, se não for tratada, mata. Quero deixar aqui o apoio do nosso partido a V.Ex.a. quanto a essa questão. Vamos tratar com carinho a situação.

A SRA. ROSE MARY MIRANDA • Sabemos das dificuldades que o Distrito Federal passa no momento e que elas não atingem apenas o DF, pois é pública e notória a escassez de recursos da União, da qual considerável parcela do Orçamento local é oriunda.

Quero apenas lembrar ao nobre Deputado que aqui me refiro a todos os hospitais. Citei o exemplo do Hospital de Taguatinga porque estive lá, visitando-o.

Ouço a Deputada Lúcia Carvalho.

A SRA. LÚCIA CARVALHO - Nós, do Partido dos Trabalhadores, nos solidarizamos com V.Ex.a. pelo seu pronunciamento em relação à situação da saúde no Distrito Federal. Devo dizer que saúde, transporte, moradia, educação são serviços que o Governo deve prestar à população, e para tanto recebe de todos nós contribuição, mês a mês, através de impostos que advêm de construções e da circulação de mercadorias. Sabemos que o Distrito Federal não se conduz autônomo na arrecadação de impostos. São de competência da área federal os recursos destinados à saúde, à segurança e à educação. Vivemos num país rico, cuja riqueza, entretanto, é mal distribuída. Esse país rico deve priorizar a construção de obras faraônicas, mas a construção de escolas e de hospitais, equipando-os de forma correta. Um povo que tem educação e saúde, se desenvolve, critica e constrói a democracia. No momento em que me solidarizo com V.Ex.a., pelo seu pronunciamento, aproveito para dizer-lhe que, por ser V.Ex.a. representante da bancada do Governo, deve cobrar, de forma firme, do Governador que obras como o metrô não sejam prioritárias em detrimento da falência do ensino e da saúde em nossa cidade.

A SRA. ROSE MARY MIRANDA - Agradeço a V.Ex.a. o aparte.

Quero lembrar aos Srs. Deputados aqui presentes que é realmente com firmeza que fazemos essa cobrança ao Sr. Governador. Também temos certeza de que a educação e a saúde são prioridades do Governo Roriz.

Cabe a nós, parlamentares, alertar as autoridades com relação a esses fatos, pois sabemos que um povo desnutrido, sem educação é facilmente manipulado.

Falando ainda de Taguatinga, devo acrescentar que hoje a referida cidade dispõe de 400 leitos, entretanto só 320 estão afluídos. Os 80 restantes não podem funcionar por falta de pessoal, como médicos, atendentes, enfermeiras etc. A situação se agrava mais pelo deslocamento de grande número de doentes de outras satélites, principalmente da Ceilândia, criando mais transtornos para a população de Taguatinga.

E aí cabe nosso veemente apelo ao Governo: urge que se faça a manutenção nos hospitais já existentes para depois construir novos. Temos hospitais em condições de atender à população, mas infelizmente estão parados por falta única e exclusiva de manutenção.

Pior do que isso é saber que a situação atual ainda pode durar algum tempo. Com certeza, aqueles que tiverem a infelicidade de usar os serviços hospitalares da Fundação Hospitalar, sem dúvida passarão por desagradáveis situações.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, poderíamos aqui passar horas e mais horas desafiando as mazelas cometidas no sistema oficial de saúde de nossa cidade. Com isso, nada mais faríamos do que

repetir a V.Ex.as. o que já estão cansados de saber. Entretanto, não conseguimos calar perante o que presenciávamos e por isso usamos desta tribuna para fazer um apelo ao Sr. Secretário de Saúde no sentido de que acelere os trabalhos de recuperação do sistema de saúde, que, tenho certeza, mais hoje, mais amanhã, estará em condições de ser utilizado pela população do Distrito Federal.

Aproveito a oportunidade para saudar nosso Secretário de Saúde pelo seu retorno. Conheci de perto o trabalho de S.Ex.a. e pude constatar que, nessa área, foi um dos melhores Secretários que tivemos. Capacidade, sabemos, não falta ao médico e homem público Jofran Frejat. Considerando o que acabamos de expor, S.Ex.a. terá grandes problemas a enfrentar.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, os desafios que o Secretário de Saúde tem à sua frente exigirá esforços desconhecidos, desde a necessidade de conseguir recursos para suprir as carências mais prementes até a adoção de uma política de recursos humanos capaz de proporcionar meios de capacitação profissional, mormente nas atividades de apoio, passando por um rescalonamento no quantitativo profissional e no horário de trabalho e, por fim, dotar as folhas de pagamento de pessoal de salários condignos, para que não sejam forçados a ter dois ou mais empregos para sobreviver.

É comum as pessoas acusarem a classe médica de mau atendimento. É fácil usarmos os meios de comunicação para agredi-los, mas seria muito mais lógico que todos fossem ver as dificuldades que eles enfrentam para atender à população. Ai, sim, nossa visão seria diferente. Não estaríamos criticando aqueles profissionais que trabalham dia e noite, muitas vezes virando plantões, cansados, deixando suas famílias em casa, desgastando sua própria saúde, mas infelizmente em vão. O sistema não permite que sejam reconhecidos pelos seus trabalhos.

Em que pese à penúria em que o poder público se encontra, rogamos que algumas medidas emergenciais sejam tomadas, antes que alguma catástrofe aconteça.

Solicitamos sejam tomadas medidas no sentido de agilizar a recuperação de equipamentos, desde o conserto de uma caldeira ao de um Raio X.

O diretor do Hospital de Sobradinho me informou que os lençóis lá não estão sendo lavados e que há sérios problemas de tubulação. É comum passarmos por lá e vermos vasamento até de vasos sanitários. E ele continua trabalhando e lutando para que aquele hospital não morra.

No Hospital de Taguatinga existem apenas trezentos lençóis servindo aos leitos e nem todos os pacientes podem se cobrir. Os médicos, com pena, colocam pedaços de panos, para que eles não se deitem sobre os colchões frios.

Peço ainda que sejam distribuídos, de imediato, medicamentos de uso constante aos hospitais e postos de saúde; que se promova a distribuição, também aos hospitais e postos de saúde, de material de limpeza e conservação; que seja realizada melhor distribuição de pessoal, até que os quantitativos sejam refeitos; por fim, que se estude a possibilidade de dotar, emergencialmente, de maior autonomia administrativa e financeira as unidades do sistema, de forma a possibilitar àquelas unidades suprirem, quando necessário, as eventuais faltas de materiais, adquirindo-os no mercado local.

Alguns diretores de hospitais me informaram que a única maneira de agilizar esse trabalho seria dotando os hospitais de uma maior autonomia, para evitar essa burocracia na chegada do dinheiro, que demora tanto a chegar que, quando chega, já está defasado.

Ao concluir, queremos mais uma vez assegurar nosso apoio ao governo que ora se instala, com a certeza de que as promessas realizadas em pânque

serão cumpridas em menos espaço de tempo do que se imagina, e assim veremos, pouco a pouco, desaparecer o sofrimento de que a população do Distrito Federal ora padece.

Quero dizer aos Srs. Deputados que apoiamos o governo Joaquim Roriz porque acreditamos em suas propostas e que estamos vigilantes para lembrá-lo de suas promessas.

Não pedi um aparte, Deputado Edmar, na hora do discurso de V.Exa, gostaria de falar agora.

Visitei aquela área do lixão em 1980 e desde então pude ver de perto senhoras sofrendo, crianças catando lixo, e vi, a poucos metros do Plano Piloto, quatrocentas famílias vivendo, comendo às custas do lixo. Eram seres humanos vivendo como animais. Passados alguns anos, visitei-a novamente e fiz uma matéria nacional. Pude constatar que o número de pessoas havia aumentado, mas não havia nenhum benefício. Na hora em que eu estava lá, chegou um caminhão de lixo. E os vi correndo e jogando-se embaixo daquela enchorradada de lixo, querendo, acima de qualquer coisa, catar primeiro o ferro, o cobre, o zinco, a lata, os quais são separados e vendidos, transformados em dinheiro para a alimentação. Eles vivem em condições sub-humanas. Não podemos nos calar, de maneira alguma, deixando simplesmente para lá estas pessoas que tanto sofrem, (echando os nossos olhos para esta situação, pois há negligência das pessoas que têm o poder nas mãos e fiada fazem por elas.

Sr. Presidente, nobre Deputado José Edmar, que ora preside esta sessão, estamos aqui para defender a sua causa. Já havia dito isso a V.Exa. e agora reafirmo que estamos aqui para defender estas pessoas humildes que sofrem.

Muitas vezes entrevistei inquilinos, inclusive V.Exa. já foi entrevistado por mim, e todos reclamaram da precariedade em que vivem nos fundos de quintal. Já visitei várias casas e pude ver esgotos escorrendo pelos quartos, e famílias inteiras convivem com esta situação. E, além disso, ainda sofrem abusos por parte dos proprietários, que só se interessam pelo dinheiro dos aluguéis.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Edmar) - Concedo a palavra ao nobre deputado Wasny de Roure.

O SR. WASNY DE ROURE (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, sr^s e sr^{as} deputados, em todos os órgãos de comunicação do País acompanhamos as preocupações, inclusive do Governo, com a Economia de Guerra expressa pelo Ministro da Justiça no "Correio Braziliense" de 13/01/91 — se houver agravamento da crise no Golfo Pérsico. Basicamente, discute-se o abastecimento dos derivados do petróleo e seus respectivos impactos nas exportações, nas importações, no Plano Collor, na dívida externa etc.

É evidente que com a colocação dessas apreensões não se pretende provocar corrida aos postos de abastecimentos ou propiciar especulações para elevação dos preços dos produtos que têm, em sua composição, elevado percentual de derivados de petróleo. No entanto, frente à iminência de guerra, seria de uma enorme irresponsabilidade, deixar de se analisar as suas consequências em nosso País.

Assim, o Sindicato dos Servidores Públicos no DF — Sindsep, promoveu no último final de semana reunião com os Delegados Sindicais da Companhia Nacional de Abastecimento — CNA, para analisar as condições do abastecimento alimentar do Brasil.

O resultado do debate é preocupante e evidencia a irresponsabilidade do governo Collor, da sua equipe econômica e, principalmente, da direção da recém-criada CNA. Não podemos deixar de informar a opinião pública a propósito desses resultados, objetivando conseguir a reação da sociedade brasileira

influenciando o governo e fazendo com que este ataque o problema com a profundidade necessária evitando um quadro de fome e miséria em proporções bem maiores do que os em que estamos mergulhados hoje.

AS CONCLUSÕES DO DEBATE - Foram as seguintes: primeira ao compararmos o nível dos estoques mundiais dos principais alimentos com os existentes no Brasil (ver anexo I), chegamos à terrível conclusão de que o País está tremendamente vulnerável. Os percentuais dos estoques em relação ao consumo, no mundo, são de cerca de 16% para o arroz, 15% para o milho e 24% para o trigo. No Brasil, esses percentuais são, respectivamente, cerca de 8,0%, 5,0% e 9,0%.

Segunda, além da falta de uma política de estocagem estratégica e de conservação dos alimentos, há o agravante de que estoques são preponderantemente de produtos de baixa qualidade, como ocorre com cerca de 2.000.000 T (dois milhões de toneladas) de arroz em poder da CNA.

Terceira, a safra 90/91 está atingindo o ponto de colheita em diversas regiões e até o momento não se vislumbra programas e recursos para a colheita ou crédito de comercialização, que terão grande impacto na atual e nas safras vindouras, pois os produtores estão descapitalizados e endividados. Se os recursos não chegarem imediatamente ao campo, considerando a alta prevista dos combustíveis e dos fretes, a depressão dos preços agrícolas será inevitável, fazendo com que os pequenos produtores não executem com eficiência as colheitas, perdendo-se parte significativa dos alimentos no campo.

Quarta, estão previstas elevadas importações de alimentos pelo Brasil, graças a imprevidência do Governo em não atender ao nível de demanda de recursos para plantio da safra e não praticar nenhuma política de estocagem estratégica de alimentos. Essas importações, desconsiderando-se possíveis problemas climáticos que impliquem redução das safras de verão do Centro-Sul e Nordeste, bem como a de inverno do Sul do País, deverão abranger aproximadamente 500.000T (quinhentas mil toneladas) de arroz, 100.000T (cem mil toneladas) de milho, 500.000T (quinhentas mil toneladas) de soja e 1.700.000T (um milhão e setecentos mil toneladas) de trigo, totalizando cerca de 3.000.000T (três milhões de toneladas) de grãos, sem contar as eventuais importações de feijão, leite e carne.

Com o desdobramento da crise no Golfo, as consequências previsíveis para o Brasil englobam redução da exportação de manufaturados, elevação dos preços das "commodities" (em função da demanda para necessidade de curto prazo no mundo), aumento do serviço da dívida externa (em razão da elevação da taxa de juro internacional), elevação dos gastos com importação de petróleo, elevação dos preços dos fretes e seguros internacionais, dificuldades e custos elevados nos financiamentos das importações e exportadores. Essas consequências, dificultarão sobremaneira as importações de alimentos, provocando desabastecimento, especulação e alta violenta do custo de vida, tirando ainda mais o alimento da mesa do povo.

Quinto, o presidente do Banco Central reconheceu ("Gazeta Mercantil", 11.01.91) que o governo subestimou a repercussão do conflito no Golfo na economia brasileira. Inclusive foi noticiado que o presidente Collor ("Correio Braziliense", 12.01.91), em reunião com a equipe econômica, teria perguntado "quem poderia prever a crise no Golfo?". Observa-se o despreparo do governo com as questões estratégicas, sobretudo no abastecimento alimentar. Mesmo sem a crise no Golfo, é possível admitir um futuro cenário, onde o Presidente perguntaria "quem poderia prever um desastre climático?".

Sexta, um preciso indicador de que existe incompetência do Governo quanto ao abastecimento alimentar pode ser prontamente visualizado neste momento, pois os desdobramentos da crise no Golfo não fizeram ainda maiores estragos na economia brasileira. Mesmo detendo um estoque de aproximadamente dois milhões de toneladas de arroz, o governo permite absurda alta nos preços do produto. O fardo do arroz no atacado, em São Paulo, passou de C\$ 2.200,00/30 kg para cerca de Cf 4.500,00/30 kg, impondo uma elevação de mais de 100% em menos de um mês.

No momento em que a sociedade brasileira anseia por medidas contra o desemprego, a miséria e a fome, o governo privilegia tecnocratas enraizados na estrutura de poder, estimulando-os a desmontar, ao invés de moralizar, estruturas como a CFP, CIBRAZEM e COBAL. Esses tecnocratas, protegidos por um programa econômico do governo, demitiram, sem ter sequer a estrutura organizacional da CNA, cerca de 6.000 servidores. Anunciando ainda a demissão de mais 2.000 servidores. Mas deixam de lado a produção agrícola nacional e o abastecimento alimentar da Nação, que envolve 150 milhões de brasileiros. Jogam na rua a experiência dos servidores demitidos, acenam para as empresas importadoras de alimento, "trading's", com milhões de dólares, não se preocupam com a fome e desestruturam o sistema produtivo nacional, negando armazéns, garantia de preços, infra-estrutura e terras.

É de se esperar que assim como em anos anteriores — já se culpou o chuchu pela alta da inflação e, por último, chegou-se ao absurdo de se responsabilizar a Constituição pela inflação de dezembro/90 — queiram agora esconder-se atrás da guerra no Golfo Pérsico para justificar a alta dos preços. Mas o fato é que a inflação não é causada nem pelo chuchu nem pela Constituição, nem pela guerra. A alta dos gêneros alimentícios, que podemos presenciar, será fruto, sim, de uma política econômica orientada exclusivamente para produzir superávits orçamentários destinados ao pagamento da dívida externa, para provocar o desmantelamento da estrutura governamental voltada ao abastecimento, a desorganização da produção e ainda a demissão de milhares de funcionários.

EM DEFESA DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA E DO ABASTECIMENTO POPULAR!

CONTRA O DESMORONAMENTO DO SETOR PÚBLICO VOLTADO AO ABASTECIMENTO.

Os dados aqui referidos foram obtidos pelo Departamento de Agricultura do Governo Americano.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Edmar) - Concedo a palavra ao nobre deputado Peniel Pacheco.

O SR. PENIEL PACHECO (PST. Sem revisão do orador.) - Gostaria de adiantar aqui, Sr. Presidente, uma nota que está sendo distribuída à imprensa que está cobrindo o Palácio do Buriti, dando conta das providências adotadas a respeito dos serviços funerários no Distrito federal. O Governador Joaquim Roriz decidiu anular, por vícios insanáveis, a licitação realizada no Governo passado para a contratação de serviços de vigilância, de coveiro para os cemitérios do Distrito federal, durante despacho realizado às 11h com a Secretária de Desenvolvimento Social, Stephania Queiroz, e a Diretora Executiva da Fundação do Serviço Social, Lúcia Bittar, na presença do Procurador-Geral.

O Governador determinou, ainda, Sr. Presidente, que a Secretaria de Desenvolvimento Social aprofunde estudos para definir a forma de prestação de serviços funerários no DF e prorrogue, em comum acordo com a Secretaria de Administração, pelo prazo máximo de sessenta dias, a prestação destes serviços pela Fundação do Serviço Social. A idéia do

Governador é de que, antes deste prazo máximo de sessenta dias, o assunto seja solucionado de uma forma definitiva. Esta decisão também está respaldada no despacho da Procuradoria Jurídica da Fundação, que orientou este processo. De acordo com esse despacho, foi constatado dirigismo no Edital de tomada de preços, frustrando os princípios de igualdade. Além disso, o total de recursos necessários para tais despesas não havia sido assegurado e, mais ainda, uma das empresas vendedoras, segundo a Procuradoria Jurídica da Fundação, não preencheu todas as exigências do edital.

Há mais uma questão que eu gostaria de relatar, Sr. Presidente, sobre a suspensão do contrato. É que, com os serviços hoje prestados pela Fundação

de Serviço Social, são gastos algo em torno de três milhões de cruzeiros mensais, e agora os mesmos serviços passariam a ser prestados, pelas empresas vencedoras da licitação, por 11 milhões e trezentos mil cruzeiros. Tendo em vista que, nas últimas sessões, este assunto foi exaustivamente trazido à baila, vemos aqui, portanto, a resposta pronta do Governador do Distrito Federal, solucionando este problema que tem sido uma preocupação para todos nós parlamentares nesta Casa.

Muito obrigado, sr. Presidente.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (José Edmar) - Nada mais, havendo a tratar, encerro a presente sessão, convocando os nobres deputados para a sessão ordinária de amanhã, às 14h30min.

Está encerrada a sessão.

Mesa

Presidente
Salviano Guimarães (PFL)
Vice-presidente
Tadeu Roriz (PSC)
1º Secretário
Pedro Celso (PT)
2º Secretário
José Ornellas (PL)
3º secretário
Benício Tavares (PDT)
Suplentes
José Edmar (PTR)
Fernando Naves (PDC)